



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1767/07	DATA: 16/10/2007
INÍCIO: 10h50min	TÉRMINO: 14h44min	DURAÇÃO: 3h54min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h53min	PÁGINAS: 106	QUARTOS: 47

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE - Diretor de Operações Especiais do Sistema Penitenciário do Distrito Federal. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Subsecretário do Sistema Penitenciário do Distrito Federal. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD - Engenheiro e Assessor da Gerência de Engenharia e Arquitetura da Secretaria de Estado de Justiça do Distrito Federal.

SUMÁRIO: Esclarecimentos sobre as características do sistema carcerário do Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Há termos ininteligíveis. Houve demonstrações de técnica de neutralização.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dentro de 3 minutos vamos iniciar os nossos trabalhos.

*(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que foi criada com a finalidade de investigar e diagnosticar o sistema carcerário brasileiro.

Esta reunião foi convocada para colher informações dos Srs. Dr. Anderson Jorge Damasceno Espíndola, Subsecretário do Sistema Penitenciário do Distrito Federal; Dr. Luiz Mauro de Albuquerque, Diretor de Operações Especiais do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, e do Dr. Nathaniel Peregrino, engenheiro e assessor da Gerência de Engenharia e Arquitetura da Secretaria de Estado de Justiça do Distrito Federal.

Neste momento, queremos convidar os nossos palestrantes para que tomem assento conosco aqui à Mesa.

Convido o Dr. Anderson Jorge Damasceno Espíndola a sentar conosco aqui à Mesa. *(Pausa.)*

Dr. Luiz Mauro de Albuquerque. *(Pausa.)*

E Dr. Nathaniel Peregrino, engenheiro e assessor da Gerência de Engenharia e Arquitetura da Secretaria de Estado de Justiça do Distrito Federal. *(Pausa.)*

Informo aos Srs. Parlamentares e aos nossos convidados que os nossos convidados terão um tempo inicial de até 20 minutos para fazerem uma exposição sobre o trabalho realizado pelos mesmos no Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Logo em seguida, os Parlamentares farão uso da palavra para tirar dúvidas e fazerem as perguntas que acharem necessárias e apropriadas para o momento.

Nós queremos agradecer a presença de todos. Semana passada foi realizada uma visita desta Comissão ao Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Nosso Relator, Deputado Domingos Dutra, e outros Parlamentares da Comissão estiveram acompanhando os trabalhos realizados nessas visitas. Nós achamos por bem, então, aproveitar essa oportunidade para tomar aqui o depoimento dos senhores convidados, para que esta Comissão possa tirar algumas dúvidas em relação ao sistema, conhecer como funciona o sistema carcerário aqui do DF e conhecer as



experiências que poderão servir de exemplos para outros Estados do Brasil. E esse é o motivo desta convocação.

Nós queremos compartilhar com os nossos convidados as experiências exitosas que existem aqui no DF, que poderão servir para esta Comissão e para o Relator na elaboração do relatório.

Esta Comissão tem a finalidade de colaborar com as instituições públicas responsáveis pelas administrações penitenciárias do País, para que nós possamos ter um sistema penitenciário eficaz, que cumpra com o seu papel e que possa permitir que aqueles que estão presos e que queiram voltar para suas famílias e para a sociedade reintegrados e ressocializados possam voltar e ter sua oportunidade dentro do sistema prisional.

E esta Comissão nasce com este objetivo: diagnosticar e investigar as denúncias de maus-tratos, violência dentro dos presídios, corrupção dentro do sistema, IDH do sistema carcerário; fazer um trabalho sobre a população carcerária feminina no Brasil; identificar as facções criminosas que atuam dentro do sistema prisional brasileiro; e, no final, colaborar com propostas de alteração legislativa e também sugestões aos órgãos responsáveis pelo sistema, para que nós possamos ter realmente um sistema capaz de cumprir com a sua função.

Neste momento, nós vamos passar a palavra aos nossos convidados para que possam fazer uma exposição do trabalho que estão realizando no Sistema Penitenciário de Brasília.

Queremos passar a palavra neste momento primeiro ao Dr. Luiz Mauro de Albuquerque, Diretor de Operações do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, que tem o tempo de 20 minutos para falar — e usar nosso Data Show. O senhor está à vontade neste momento para fazer a exposição.

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Queria solicitar à sonotécnica que pudesse aumentar um pouco o som.

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Bom-dia a todos, bom-dia ao Sr. Presidente da Mesa, bom-dia a todos que estão aqui presentes.

A respeito do sistema penitenciário, o nosso ponto de colaboração é justamente a parte muito sensível no sistema, ou seja, a questão da violência dentro



do sistema penitenciário e a questão, também, da disciplina dentro do sistema penitenciário.

A gente acredita que em nenhum sistema consegue se fazer nada se primeiro você não conseguir a disciplina, ou seja, disciplinar o sistema. Por quê? Sem disciplina dentro de um sistema, você não consegue implantar nenhum sistema de reeducação, ressocialização, devido a algumas situações. Como um interno vai estar numa sala de aula aprendendo se ele não tem segurança para isso, ou seja, sabendo que ele vai ser agenciado dentro do sistema, ou seja, tendo que fazer trabalhos para o crime organizado, não tendo segurança da sua integridade física? Como é que um professor vai ensinar dentro de um sistema se ele não tem condições de estar ali seguro? E a segurança é primordial para poder começar um trabalho de ressocialização, de reeducação.

A GEPOE tem uma proposta e tem colocado em prática justamente respeitando todas as legislações, trabalhando dentro da disciplina, das leis. A gente coloca todo o nosso trabalho na força escalonada, no respeito ao ser humano, e usar somente a força necessária para restabelecer a ordem. E, com isso, a gente trabalha em 3 pilares: 1, procedimentos; 2, valorização dos servidores que ali trabalham; 3, estrutura física. Com esses 3 pilares, a gente consegue realmente fazer um sistema disciplinado, um sistema humano, porque muita gente confunde disciplina com violência. E, muito pelo contrário, quando você usa a técnica, a violência fica muito longe de ser usada, porque você usa somente o necessário para resolver a situação. E quando você cria um sistema disciplinado, pouco se usa violência dentro do sistema, não só dos agentes, ou seja, o excesso, como dos próprios internos, porque o interno passa a confiar no Estado. E é obrigação do Estado estar presente dentro das penitenciárias. É obrigação do Estado assumir os riscos e não ficar passivo em algumas situações que a gente vê cotidianamente acontecer dentro das penitenciárias, ou seja, perdas de vidas. Não interessa se são agentes, não interessa se são internos: são perdas de vidas. E quando a gente não tem o controle disso, o que acontece? É ruim para os internos, muito. Por quê? Simplesmente porque o medo reina. E, se o medo reina, o crime organizado, que são algumas firmas dentro de penitenciárias, vai ter o quê? O soldado. E a gente que trabalha em penitenciária, a gente sabe que 70% dos internos que ali estão,



eles não estão interessados em fazer parte de crimes. Eles não estão interessados em fazer parte de organizações. Eles são coagidos. Vinte por cento, a gente sabe também que eles são o quê? O famoso pilha. Se alguém dá uma idéia, eles seguem. Então, são esses 20%. E o que interessa para a gente são os 10% que têm liderança negativa. Ou seja, são realmente aqueles que têm um QI acima do normal daquela massa carcerária, que vão tornar a massa carcerária uma massa de manobra.

Então, para isso o que o sistema tem que fazer? Ter procedimentos, ter poder de resposta, porque um sistema, seja ele qual for, ou penitenciário, ou de segurança, que não tem o poder de resposta fica difícil de você organizar, disciplinar e cobrar, ou seja, manter a ordem. Então, realmente fica difícil. Então, o que a gente propõe nas nossas técnicas? Um, valorizar o servidor, não só o time tático, ou seja, aquele que vai intervir na situação; 2, o agente penitenciário treinado, ele tem uma grande vantagem sobre as outras forças de segurança, porque ele é ambientado, ele conhece o sistema. O agente penitenciário, ele sabe onde ele vai poder realmente poder extrair aquela situação, agir cirurgicamente, porque ele conhece o perfil dos internos que ali estão.

E, então, com isso, a gente, usando equipamentos não letais, técnicas de mobilização, armamentos não letais e uma filosofia de trabalho humanista, a gente consegue reverter o quadro. Nós conseguimos aqui no Distrito Federal. Aqui o Estado está presente. Aqui, no nosso sistema, o agente entra em qualquer lugar, a qualquer hora. Ou melhor, não só o agente, qualquer visitante no nosso sistema, a gente entra em qualquer lugar, a qualquer hora. Então, não existe a questão de ter de pedir permissão para os internos, ter que fazer acordos com os internos. Os internos estão sujeitos às leis, ou seja, de execuções penais. E assim que deve ser, porque não tem outra forma, tá? E para isso não é necessário o uso de violência. É necessário uso de técnicas. É necessário capacitação do servidor, são necessárias estruturas, são necessários procedimentos. Com isso a gente consegue reverter o quadro. Hoje, para você ter uma idéia, aqui no sistema penitenciário, faz algum tempo que a gente não perde um interno numa briga de pátio. Por quê? Porque nós temos um poder de resposta. Por exemplo, a nossa unidade fica dentro do sistema penitenciário.



Para você ter uma idéia, um pátio com 300 internos, a gente consegue intervir nesse pátio em qualquer situação que esteja ali existindo em 2 minutos e 40, lá dentro, situação controlada. Em 3 minutos e 10 — a gente tem um prédio de 3 andares lá —, a gente consegue tomar até o telhado. E isso, com todo esse procedimento desenvolvido por esse sistema não letal, a gente consegue evitar perdas humanas, tanto de agentes como de reféns ou de internos.

Então, isso se faz necessário, não tem outra forma de ser. Quanto ao sistema hoje, o nosso sistema hoje, ele não está no ideal, porque falta o principal: colocar o interno para trabalhar. Mas hoje o nosso sistema, ele está pronto para receber essa carga. Ou seja, ensinar o interno a trabalhar, porque tem disciplina. Hoje, eu acho que o Dr. Anderson nunca recebeu uma reclamação de um professor não querendo trabalhar dentro do nosso sistema porque se sentiu inseguro. Hoje, realmente acontece, igual nós já vimos em outros locais e não acontece, um professor está dando aula e o interno está alisando ou de gracinha com ele. Ele vai estar sentado em condições de receber os ensinamentos ali pregados.

Então, isso nada mais é do que disciplina e procedimento. Quando você faz uma linha de procedimentos, você consegue fazer todo esse controle. E para isso a violência fica muito longe. Mas eu tenho de aplicar no material humano, que é o agente penitenciário, e o Estado tem de ter poder de resposta. A gente vai passar um vídeo mostrando os nossos treinamentos. E, logo em seguida, nós vamos passar um vídeo também justamente onde essas técnicas foram colocadas em prática, talvez num local igual quando a gente estava treinando o pessoal lá no Rio de Janeiro. Os próprios agentes falavam: “Essas técnicas aqui é difícil de funcionar, porque nós estamos no Rio de Janeiro”. E eu falava para eles: “A técnica, ela funciona em qualquer lugar, o que interessa é o agente bem treinado”. E eu falei que só lamentava estar lá e não participar de nada real para colocar na prática, para eles realmente sentirem. E eles chamaram de pára-raio, porque teve 3 rebeliões seguidas nos 15 dias que nós estivemos lá, e nós enfrentamos as 3 rebeliões. Com isso, as rebeliões do Rio, até então, o saldo de mortes... A última, inclusive, quando eu estava treinando o pessoal aqui, foi em Benfica e teve 34 mortes internas, né? E nós conseguimos resgatar 5 reféns numa rebelião. Conseguimos tirá-los todos com vida. Tiveram 14 feridos com munição não letal e um somente que morreu, porque,



da aproximação da aeronave, ele disparou contra a aeronave e ele foi neutralizado pelo pessoal da aeronave e estava com refém. Então, isso é para mostrar que a técnica funciona em qualquer lugar. E eu acredito... Inclusive a gente tem aqui um projeto da Força Nacional de Intervenção Penitenciária, formada por agentes penitenciários. Essa força, eu preciso de um efetivo em todo o País de 120 agentes. É economicamente viável. Esses 120 agentes, cada Estado teria um grupo de agentes penitenciários formados..., fazendo parte dessa força. Enquanto estiverem nos seus Estados, eles estarão fazendo o que a gente faz aqui: ensinando, multiplicando, estudando estruturas e adaptando procedimentos. Com isso, o tempo todo eu estou fazendo o quê? Multiplicadores. Estou melhorando a qualidade do meu agente que eu tenho no Estado. E, quando necessário for, essa força pode ser mobilizada rapidamente e deslocada para o Estado, não só em ações de emergências, mas em ações preventivas, ou seja, eu estou com o Estado... Mês passado, a gente estava no Espírito Santo dando um apoio na questão da Máxima II, uma penitenciária nova que tem lá, em questão de procedimentos. E estão andando bem. O Espírito Santo é um exemplo de que eles estão investindo pesado em cima do agente. Vão fazer o quê? Fazer concurso público.

Então, isso é interessante. Tem que investir. Muita gente tem como gasto o sistema penitenciário. Eu acredito que quando o dinheiro é bem gasto, ele é investimento. É gasto eu reformar uma penitenciária queimada; é gasto eu entregar uma penitenciária de 20 milhões e ela ser queimada no outro dia. Mas quando eu construo uma penitenciária, quando eu treino o pessoal e tenho realmente pessoas ali capacitadas, é investimento, porque eu tenho que manter. Infelizmente, é a situação. E com isso, quando eu tenho uma disciplinação, o que acontece? Eu vou poder reeducar, eu vou poder ensinar o interno a trabalhar. O que falta são escolas de pedreiros, eletricitas, mecânicos, porque numa massa carcerária a gente não consegue. De 8 mil, quase 8 mil aqui no Distrito Federal, a gente não consegue um pedreiro decente, um eletricitista. Então, quer dizer, tem que ter escolas. Tem que ensinar a trabalhar. Tem que ensinar a trabalhar. E a grande vantagem disso é que vão ser autônomos, não vão depender de empresas para poder voltar para a sociedade.



Então, realmente, escolas técnicas para poder fazer isso. Então, com isso, a gente faz o quê? Eu tenho uma força tática muito grande, que pode chegar, doutrinar. Porque para eu mudar um sistema eu tenho que ter poder de resposta, porque o interno sempre vai estar te testando. O interno sempre vai estar te testando. Se você não tiver poder de resposta, não adianta eu ter boas idéias, não adianta eu fazer de conta que tenho uma boa escola dentro do meu sistema penitenciário, se ninguém aprende. Se o professor vai baixar porque ele está estressado; se o meu instrutor não consegue ensinar nada, artesanato, porque... Ou, se não, tem de estar na mão do interno, ou seja, refém do interno.

Então, a idéia nossa é justamente esta, pessoal: colaborar. E pode ter certeza — e eu já falei isso uma vez: qualquer sistema penitenciário do País pode reverter, e rápido; depende de quem esteja à frente e de quem quer fazer. E pode ter certeza de que a nossa diretoria está à disposição. Falo isso em nome do Dr. Anderson, que sempre tem essa visão.

E eu lanço um desafio aqui: qualquer cadeia pode ser retomada, e breve: 30 dias. A gente tem uma proposta simples: forma-se uma força para poder dar o apoio; treinando, preparando quem vai ficar lá com eles; e essa força é somente para poder de resposta, ou seja, para poder colocar os procedimentos em ação.

Sr. Presidente, eu posso passar o vídeo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Sim. Dentro do tempo de 20 minutos.

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Passe para a rebelião, porque as técnicas... passa para a rebelião, se não, não dá tempo. *(Pausa.)*

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Este é o refém tentando sair. Nesse horário, a nossa equipe já tinha subido. *(Pausa.)*

Eu busco ele de volta. Porque estava em estado de choque e queria pular de lá. *(Pausa.)*

O pessoal indo para a igreja. Não tinha perímetro de isolamento, não tinha nada. *(Pausa.)*

Qual é o local, Nunes? *(pausa)* Frei Caneca. No meio da cidade. *(Pausa.)*

Só agente penitenciário. O único apoio era o da aeronave da Polícia. *(Pausa.)*



Vinte e dois agentes contra 1.100 presos; 11 por cima e 11 por baixo.  
(Pausa.)

Então, pessoal, a gente não passou a parte do treinamento, mas é isso aí, mostrando que a técnica... e a desvantagem numérica também era excessiva. E o ambiente também é um ambiente... esse ambiente que nós tomamos é um ambiente muito difícil, porque é construção vertical. Mas teve sucesso total. E mostrando... Aquilo ali é a equipe que estava treinando com a gente. Nós passamos lá duas semanas treinando: em 15 dias eu preparei uma equipe para tomar uma penitenciária em condições... Índice de baixas de todos os lados foi insignificante com relação às outras. Só houve uma perda de vida, pois ele estava com arma letal; foi neutralizado com arma letal.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos a Luiz Mauro.

E vamos passar a palavra, neste momento, ao Dr. Anderson Jorge Damasceno, que terá o tempo de até 20 minutos também para fazer a exposição.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Bom-dia a todos. Bom-dia, Deputado Neucimar.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui e, na pessoa do senhor, cumprimentar os demais Parlamentares e os demais senhores que se encontram presentes.

O Distrito Federal possui algumas peculiaridades, com relação a outras Unidades da Federação, com relação ao sistema penitenciário. Primeira delas: nós somos organizados, mantidos, custeados realmente, pelo Governo Federal. Então, isso já é um grande avanço e um facilitador que nós temos aqui no Distrito Federal.

O nosso sistema penitenciário hoje é composto por 6 estabelecimentos prisionais. Além desses 6 estabelecimentos prisionais, nós temos mais um Centro de Observação Criminológica e uma Diretoria Penitenciária de Operações Especiais.

O nosso agente penitenciário aqui do Distrito Federal integra a carreira policial civil. Diferentemente dos demais Estados, como eu disse, que são servidores do Estado e integram geralmente a Secretaria de Justiça. O nosso aqui é um policial civil também, que é organizado e mantido pela União. Só para se ter idéia, um



agente penitenciário do Distrito Federal tem um salário inicial de 6.200 reais. Ele tem uma formação de nível superior — isso é requisito básico para o ingresso na carreira. E tudo isso vai influenciar, com certeza, na formação dessa pessoa, na qualificação dessa pessoa e em como ela vai exercer a sua atividade.

Dentro da nossa estrutura, da Subsecretaria do Sistema Penitenciário, outro fator importante que nós temos aqui no Distrito Federal é o Núcleo de Inteligência. Nós aqui temos uma Gerência de Coleta e Análise de Dados. É uma gerência responsável por 6 núcleos. Em cada estabelecimento prisional nós temos um núcleo de inteligência. Essa gerência hoje é coordenada por um delegado de polícia com experiência na área de inteligência. E, a partir dos núcleos de inteligência, que se situam nos estabelecimentos, e dessa gerência, nós conseguimos definir metas, traçar algumas diretrizes, verificar onde é que tem pontos falhos, o que pode ser melhorado, além de ser um grande arcabouço de informação para as Polícias, tanto aqui do Distrito Federal quanto de fora.

Não sei se os senhores sabem... Com certeza sabem, nos estabelecimentos prisionais há uma fonte de informação muito grande, inclusive informações sobre crimes. Tem pessoas que ali estão... lá dentro se conversa; eles conversam entre eles, os internos; e esse núcleo é responsável por coletar essas informações; e nós repassamos para as Polícias dos Estados, tanto Polícia Federal quanto Polícia do DF e Polícia, principalmente, aqui do Estado de Goiás. Temos repassado bastante informações para eles.

Aqui no Distrito Federal nós possuímos também a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso, que é a FUNAP do DF. É uma fundação que hoje tem como Presidente o Secretário de Justiça e Cidadania, o Deputado Raimundo Ribeiro. Essa fundação é responsável por toda atividade laboral e educativa nos estabelecimentos prisionais. Hoje, com a Subsecretaria do Sistema Penitenciário, nós temos o controle de todo o efetivo e toda a segurança do sistema penitenciário. Agora, a parte educativa e laboral fica toda a cargo da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso. E hoje, infelizmente, o nosso calcanhar de Aquiles, a gente pode dizer, é justamente essa atividade laborativa, essa atividade educativa. A gente afirma isso, ou realmente posso afirmar que o nosso sistema está excelente em questão de segurança. Não há muita coisa a se mexer nesse sentido, só algumas adequações.



Agora, realmente, na parte de ressocialização, ainda deixa muito a desejar. Ainda não estamos nem perto do que a gente almeja em trabalho de educação, em trabalho de formação desse interno. Tem uma expressão que eu sempre uso: hoje aquela pessoa está contigo, está contida; amanhã ela estará conosco. Hoje está contigo, contida e amanhã estará contigo. E como é que a gente quer essa pessoa de volta? Será que a gente quer essa pessoa pior do que ela entrou? Será que a gente quer essa pessoa para que ela venha vitimizar nós mesmos, um parente, um familiar, alguma coisa nesse sentido? Então, a gente realmente tem de pensar em como é que essa pessoa vai retornar para o seio da sociedade. E nada melhor do que a atividade educativa, a atividade laborativa e uma atividade que realmente capacite. Nós temos alguns projetos que são implantados aqui no Distrito Federal pela FUNAP, convênios com o Ministério da Educação, com o Ministério do Esporte, temos uma fábrica de bolas, temos confecção de bandeiras, com alfaiataria, temos a panificação, oficinas de automóveis, parte de mecânicos também, mas ainda está muito incipiente, ainda está muito pouco. Temos uma marcenaria também, que ainda está muito pouco, a gente tem de realmente expandir isso. Mas, para expandir isso, não parte só da Subsecretaria de Sistema Penitenciário, a gente precisa reaparelhar e incrementar a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso. E a gente tem verificado, neste Governo atual pelo menos a gente está tendo um incremento nesse sentido. A FUNAP é uma entidade que tem um quadro próprio de servidores, de 140 servidores. Ela hoje conta com alguns servidores do sistema penitenciário que estão auxiliando e servidores de outros órgãos do Distrito Federal. Ela chegou a ter, só para os senhores terem idéia, num passado recente, 22 servidores para cuidar de toda atividade laborativa e educativa em todo o sistema penitenciário. Um sistema penitenciário que hoje conta com 7.680 internos.

Só para os senhores terem idéia, alguns dados aqui: nós temos hoje 7.680 internos; temos 3 presídios com superlotação; temos um presídio com capacidade de 588 internos, temos 1.349, mais de 100% de lotação; temos outro com 1.336 de capacidade e 1.976 internos; temos um outro com 1.584 internos de capacidade e temos 2.239. Entretanto, temos um outro com 1.464 vagas e temos lá mil internos. O porquê de não se redistribuir esses internos dos outros que estão com essa lotação?



Na realidade, o grande problema que nós enfrentamos hoje no Distrito Federal é a falta de pessoal. Esse estabelecimento mesmo de capacidade de 1.464 internos, e só temos 1.016, porque nós temos 2 blocos que estão vazios. Nós hoje não temos o pessoal suficiente para simplesmente colocar aquele bloco para funcionar, em razão disso acaba superlotando outras unidades. Então, na realidade, a nossa grande carência hoje é de servidores. Só para os senhores terem idéia, o nosso efetivo hoje é de 1.248 servidores em todo o sistema penitenciário. De agentes penitenciários, 672; desses 672, 466 são homens e 177 são mulheres. As mulheres em sua grande maioria concentradas na penitenciária feminina, mas a masculina também precisa de mulheres, porque nós recebemos em média 10 mil visitantes por semana nos nossos estabelecimentos prisionais. Então, a gente precisa de mulheres justamente para realizar essas revistas.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Dez mil visitantes, Deputado. É uma média de 5 mil visitantes na quinta-feira e 5 mil visitantes na sexta-feira. Hoje, nós não estamos conseguindo oferecer para o interno a visita no final de semana. Por quê? Justamente devido à falta de servidores. A gente está tendo que fazer essa visita nas quartas e quintas-feiras, porque, além daquele efetivo de plantão, nós temos todo o efetivo de expediente que trabalha no expediente nos estabelecimentos prisionais. Então, nós temos uma quantidade bem superior de servidores. E, por questão de segurança, em razão disso, devido à falta de servidores mesmo, a gente não tem como oferecer essas visitas nos finais de semanas, por enquanto.

A gente acredita que com a realização do concurso — está prevista agora a realização de um concurso para o cargo de técnico penitenciário. É uma carreira do Distrito Federal, não é custeada pela União, é custeada com recursos do Distrito Federal — a gente vai realmente conseguir resolver essa questão. E também resolver a questão de falta de uma assistência maior, tanto na atividade educativa como na atividade laborativa. *(Pausa.)* Aqui, como eu disse, são 1.248 servidores e 672 agentes penitenciários. Um outro problema que nós estamos tendo atualmente aqui no Distrito Federal é a alocação de policiais militares, bombeiros militares e alguns agentes de polícia no sistema penitenciário. O porquê de essas pessoas



estarem trabalhando no sistema penitenciário: justamente devido à falta de servidores. Nós estamos contando com o apoio da Secretaria de Segurança Pública na cessão desses servidores, que estão efetivamente desvirtuados de função, desviados de função, auxiliando nessa atividade. O agente penitenciário, é bom frisar, que, apesar de ser da carreira policial civil, ele tem toda uma formação específica na área penitenciária. Tem esse diferencial. Nós não simplesmente pegamos um policial civil e colocamos no sistema penitenciário. É uma pessoa que fez um concurso para agente penitenciário, teve todo um curso de formação e aperfeiçoamento na área penitenciária. Então, tem esse diferencial. Além de ter o poder de polícia, que também é importante nessa atividade. É bom frisar que todos os nossos servidores têm porte de arma. Esse é um grande problema, uma grande dificuldade que a gente vê em alguns Estados. A pessoa trabalha ali, está lidando com chefes de crime organizado, tem aquele contato direto, sai dali, ele não tem condições, às vezes, nem de possuir uma arma de fogo para se defender. Infelizmente, é um mal necessário. Eu digo isso porque já estive em vários outros Estados e um grande anseio dos agentes penitenciários... Estive agora no Paraná, conversei com vários agentes penitenciários e eles falaram: *“Doutor, a gente simplesmente sai daqui... A gente não pode fazer nem uma escolta armada num hospital, porque a gente não pode ter arma”*. Quem faz é a Polícia Militar. Aqui no Distrito Federal quem realiza todas as nossas escoltas, quem faz todas as intervenções são os agentes penitenciários. Tanto escoltas hospitalares, escoltas assistenciais para cartórios, enterros, o que tiver que ir, escoltas judiciais, são agentes penitenciários da Diretoria Penitenciária de Operações Especiais. *(Pausa.)*

Outro fator importante aqui no Distrito Federal que nós temos verificado é justamente o entrosamento que nós temos na Subsecretaria, na direção dos estabelecimentos, com a Vara de Execuções Criminais e o Ministério Público aqui do Distrito Federal, principalmente os promotores que atuam junto à PROJEP, a Promotoria de Execuções Penais. São 8 promotoras de justiça. Temos aqui 4 juízes na Vara de Execuções Criminais, temos um intrínseco relacionamento com eles, bastante contato com eles. Nós recebemos, todos os meses, visita do Ministério Público nos estabelecimentos prisionais, recebemos visitas dos magistrados. Alguns magistrados aqui no Distrito Federal fazem audiências nos estabelecimentos



prisionais. Na VEC, todos os juízes fazem audiências por meio de teleaudiências, e algumas presenciais também. Isso é importantíssimo para gente, inclusive para o interno ver que os seus direitos estão pelo menos minimamente sendo garantidos. Uma dificuldade que a gente tem, inclusive, foi até sanada.

Gostaria até de agradecer publicamente aqui a presença da Comissão, quando foi no complexo penitenciário. Nós tínhamos 4 defensores públicos que atuavam no sistema penitenciário do DF. É um número muito aquém da nossa necessidade. Mas, logo após aquela visita, conseguimos receber mais 2 Deputados, muito obrigado pela visita naquele dia. Conseguimos receber mais 2 defensores públicos que foram nomeados, e a promessa do nosso Secretário que até dezembro, com a posse de mais 45 defensores públicos aqui no DF, receberemos mais 3 ou 4. Então, isso já vai minimizar bastante essa assistência judiciária, assistência jurídica, na realidade, ao interno. Hoje, cada estabelecimento prisional possui uma assessoria jurídica da direção, é uma assessoria jurídica formada por agentes penitenciários graduados em Direito. É outro ponto importante a frisar. Todos as nossas gerências de assistência... Nós temos agentes penitenciários com formação em Odontologia, Direito, Psicologia. Todo esse pessoal está sendo aproveitado, inclusive nessa área de conhecimento deles. A gente sempre prefere aproveitar dessa forma. Aquele agente penitenciário que é psicólogo a gente procura colocá-lo no Centro de Observação Criminológica ou então nos núcleos de psicologia que existem em cada um dos estabelecimentos. Área jurídica, da mesma forma. Só quando realmente não tem condições e devido à necessidade do trabalho mesmo, aí vão trabalhar em outra área. Mas, sempre que possível, a gente pretende e prefere aproveitar aquele servidor na sua área de conhecimento.

Então, como eu disse, a assessoria jurídica dos estabelecimentos prisionais hoje, que deveriam estar assessorando a direção, fazem o trabalho de assistência judiciária. Só para vocês terem idéia, todos os meses nós encaminhamos ao Judiciário uma média de 100 a 150 relatórios carcerários com pedidos de benefícios para os internos. Essa assistência não deveria estar sendo feita por essa assessoria, e sim pela Defensoria Pública, convênios com faculdades, escolas de formação na área de Direito. Temos esses convênios também, mas ainda é muito



incipiente. Como disse, o grande problema nosso hoje, aliado à falta de servidores, é a falta de uma assistência jurídica mais efetiva por parte do Estado. *(Pausa.)*

Com relação ao nosso sistema penitenciário, eu gostaria mais de ouvir o questionamento dos senhores no momento oportuno. É isso. Gostaria de frisar que a nossa Diretoria Penitenciária de Operações Especiais está à disposição, ouviu Deputado? Inclusive, semana passada recebemos a visita do Secretário de Justiça do Espírito Santo, que esteve aqui nos visitando — o Estado do senhor. Nós estamos fazendo bastante intercâmbio com o Espírito Santo. O pessoal da Diretoria Penitenciária de Operações Especiais está ministrando alguns cursos, já estive no Rio de Janeiro também. Estive, como eu disse, agora recentemente no Paraná — nos colocamos à disposição do Paraná para o treinamento. É de suma importância que no estabelecimento penitenciário nós tenhamos uma unidade de pronto atendimento para essas questões. O ideal é que essa unidade, formada por agentes penitenciários, consiga de uma vez por todas e no primeiro momento, o mais rápido possível, neutralizar qualquer tentativa de rebeliões, motins, alguma coisa nesse sentido, evitando assim que a polícia... Isso é um problema que a gente vê em algumas unidades: ocorreu uma rebelião, vem a polícia, que não tem preparação nessa área penitenciária, acaba causando bastantes mortes não só de reféns, como de internos também, e depois, infelizmente, fica aquela bagunça para o pessoal do sistema penitenciário contornar, controlar e resolver aquele problema. Então, o ideal é que fossem servidores da própria atividade penitenciária que controlassem essas situações. Então, é de suma importância que cada Estado, além do núcleo de inteligência estruturado e bem fortalecido, tivesse também um grupo de atuação imediata no caso de rebeliões, no caso de escoltas tanto judiciais como hospitalares, por parte dos próprios agentes penitenciários, que têm formação nessa área. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Dr. Anderson Jorge Damasceno.

Passamos a palavra neste momento ao Dr. Nathaniel Peregrino, engenheiro e Assessor da Gerência de Engenharia e Arquitetura da Secretaria de Estado de Justiça do Distrito Federal, para que possa também compartilhar conosco as experiências desse setor dentro do sistema prisional do Distrito Federal.



**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Bom-dia a todos, bom-dia, Presidente. Tem muita coisa para falar sobre a parte de edificações que não sei nem como começaria aqui. Mas, antes de mais nada, a infra-estrutura que a gente faz na área de engenharia e arquitetura é para dar o suporte para a disciplina que o Mauro colocou ali, para as oficinas, para o conforto dos internos, para a contenção dos internos dentro do sistema penitenciário. Um dos nossos parâmetros, quando nós desenvolvemos os projetos, a PDF-I, que vocês visitaram recentemente, foi que fosse um custo baixo, manutenção baixa, que desse segurança, que proporcionasse a disciplina, os procedimentos que o Mauro falou ali desde a saída da cela até que chegue às oficinas ou que chegue aos pátios, o acesso dos visitantes. Tudo isso tem que ser pensado num projeto de engenharia e arquitetura para evitar, vamos falar assim, conflitos ou proporcionar, vamos falar assim, pontos críticos que fragilizem a segurança. Vou dar um exemplo simples, só para vocês terem uma idéia. Quem foi lá não sei se conseguiu reparar, mas em volta do estacionamento dos visitantes tem um alambrado baixo. Aquele alambrado baixo só tem uma abertura de passagem em frente à passagem de pedestres, para que a pessoa possa atingir a recepção e revista. Isso tem o intuito, só para vocês terem uma idéia, de evitar um atropelamento ali de algum visitante ou filho de algum interno que possa gerar algum conflito lá dentro.

Então, a engenharia e a arquitetura tem, vamos falar assim, que trabalha nessa área, tem obrigação de olhar não só a parte interna do presídio, mas como todo o controle de acesso de visitantes e de todas as pessoas que utilizam o sistema ali. As nossas construções, dos módulos de vivência, elas são flexíveis. Por exemplo, no mesmo tipo do módulo que vocês visitaram lá, a gente pode ter 4, 5, 6 tipos de celas em um módulo só. Celas individuais, celas de 2, celas de 4, celas de 8, celas para lactentes, celas para deficientes mentais, celas para contenções, celas com solário, tudo utilizando a mesma tipologia do prédio. Cada prédio onde é o módulo de vivência ele é dividido em 2, vamos falar assim, simetricamente, lateral esquerda, lateral direita. Cada grupo de pessoas que fica ali encarcerada metade que está numa ala não vê a outra metade que está do outro lado do prédio, não tem contato físico. Cada ala tem a sua oficina, salas de atividades múltiplas, quartos de encontros íntimos, sala de advogados, o pátio coberto. Então, tudo isso é separado



para diminuir, ao máximo, a massa carcerária num único pátio. Um pátio nosso é previsto para 224, atualmente chegam alguns casos até 300, devido à superlotação. Como os Deputados tiveram lá viram até numa atuação do Mauro lá facilmente controlável. Vocês notaram que o controle é um pouco mais elevado para que a gente possa ter a visão boa do pátio. Vocês viram que é fácil de ter um controle de qualquer situação ali. O fluxo das pessoas é bem definido, uma pessoa naquele controle consegue abrir as principais portas dos corredores, os principais acessos, só com o botão, sem ter que se expor, o agente, à presença dos internos.

Logicamente, em alguns casos, os agentes se expõem fisicamente em contato direto. E uma das coisas que tentamos evitar no desenvolvimento do projeto foi que a gente reduzisse ou minimizasse esse contato. Algumas grades que vocês viram lá foram até sugestões dos próprios agentes que trabalham lá que solicitaram a confecção de algumas grades para melhorar o projeto e o fluxo dentro da cadeia. A Gerência de Engenharia sempre ouve as opiniões dos agentes que operam lá. Do primeiro bloco para o segundo, para o terceiro, para o quarto, até o oitavo que a gente fez até agora, sempre foram acrescentadas algumas pequenas modificações, sempre visando a melhoria. Todo o bloco onde ficam os presos é totalmente em concreto armado. Vamos falar assim, os pisos têm 15 centímetros de espessura, 2 malhas 6.0 de ferro CA50, 6.0 a cada 10 centímetros, as paredes também. Quer dizer, então seria o teto, piso e as paredes todas em concreto armado. As portas são chapeadas. Nós evitamos, onde os presos ficam mais tempo, ter contato com grade, que grade é uma coisa mais fácil de serrar do que os pisos de concreto que servem de ventilação das celas.

Então sempre tentamos fazer assim uma coisa mais econômica. Eu não digo que é o mais barato, mas garanto que é o mais econômico, porque, em alguns anos, vamos falar assim, o que se gasta ali de manutenção é mínimo comparado a outras edificações que temos lá de alvenaria. Tem um bloco lá, que eu entrei a primeira vez em 1988, foi quando comecei a trabalhar no sistema penitenciário, esse prédio já foi reformado umas 3 vezes. Por quê? Em alvenaria, é um projeto, vamos falar assim, com pilotis mais 3 pavimentos, foi utilizada mão-de-obra dos presos para terminar o prédio, à época, antes de eu chegar lá. Então, um prédio de alvenaria, vamos falar assim, em curto prazo ele se deteriora e você tem que ficar gastando, gastando e



cada vez que você vai dar manutenção num prédio desse você tem que retirar aquela massa carcerária, botar em outro local, apertar mais ainda as condições até que aquela reforma seja feita. Então, com esses erros do passado é que a gente tentou evitar, vamos falar assim, na edificação nova. Cada penitenciária tem 4 módulos de vivência, cada módulo com 2 pátios, hoje, administração, a direção do sistema penitenciário consegue, vamos falar assim, se um preso não se adaptar num pátio, passa para outro, passa para outro. Hoje, só na PDF 1 e 2, teríamos, hoje, 16 pátios, sem contar com os presídios mais antigos que tem lá embaixo, que aí já chegaria próximo de uns 20 a 30 pátios, que era um dos calos do sistema penitenciário quando eu entrei. Lá havia praticamente uns 6 pátios. Se a pessoa não se adaptava em um, não se adaptava no outro, num instantinho ia para o seguro, e uma vez no seguro é uma dificuldade da administração controlar esse pessoal. Então, por exemplo, um presídio daqueles que vocês visitaram lá, se fosse fazer 1 presídio só — que ali são 2, é dentro de um complexo —, mas se fosse fazer um separado, eu estimaria o custo dele hoje na faixa de 36 milhões, preço cheio. Ainda teria licitação, e aí poderia ter alguma redução, eu acredito que na faixa de 10%, 12%. Precisaria de um terreno de 350 a 400 metros quadrados. E a nossa penitenciária, por exemplo, ela pode chegar até 1.548 internos, apesar do Departamento Penitenciário Nacional sugerir que esse número ficasse bem aquém, bem na faixa dos 800 a 600 presos. Mas se nós fôssemos fazer isso, o custo de mão-de-obra, de direção, de todo o organograma que a gente fosse fazer ficaria, acredito eu, custoso para os cidadãos. Então, com isso é que a gente tentou concentrar, de uma certa forma lá.

Porém, quem visitou lá sentiu que é bem fácil, com os módulos separados entre si, de controlar, de administrar, sem ter, vamos falar assim, os problemas que talvez os outros Estados tenham — vou falar aqui sem conhecer a fundo todos os Estados —, mas sem ter uma administração profissional ligada ao sistema profissional. O fato de ter a GPOE aqui no sistema penitenciário — o Mauro é um facilitador, a gente sempre troca informações com os agentes, com ele, a gente estava conversando ali fora, agora mesmo, e ele falou que viu uma coisa na penitenciária federal, da iluminação, que ele gostaria que a gente implantasse lá.



Então, tudo isso aí a gente vai ouvindo e vai trocando. O pessoal — eu acho que é outro erro que deve ter nos Estados —, dificilmente as pessoas ficam muito tempo no sistema penitenciário, a parte de engenharia, e quando estão, eles nunca têm condições de desenvolver um projeto efetivo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Nathaniel — só para fazer um parentesinho, Presidente —, comenta para nós sobre essa planilha que tu distribuístes lá. Depois dá a cópia para o Domingos, ele que faltou, só para o pessoal saber dessa...

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Só para terminar o que eu estava falando aqui. Por exemplo, a nossa penitenciária, o pessoal do Rio Grande do Sul já está copiando uma igual, já estão construindo, eu acho que é próximo de Canoas. O pessoal de Vitória foi lá, gostou, na gestão passada, e pediram o projeto, e nós doamos. O pessoal de Fortaleza também solicitou, nós doamos o projeto. Não sei se eles conseguiram executar. Mas é uma penitenciária que, eu digo assim, é bem viável para o sistema penitenciário nacional. Não digo que todos têm que ser igual a esse projeto, mas algo semelhante eu acho que ajudaria bastante nos procedimentos que o Mauro ali tanto fala. Vocês viram lá a disciplina. Se você não tiver disciplina, se você não tiver uma segurança, os presos acabam tomando conta dos pátios, acabam tomando conta das celas, e é o que a gente tenta evitar ali.

Essa planilha que eu fiz foi simplesmente uma comparação entre a PDF, que nós temos, que é a nossa Penitenciária do Distrito Federal — nós temos a 1 e a 2 — com um CIR, Centro de Internamento e Reeducação, que é a penitenciária antiga que vocês visitaram lá. Essa aqui tem prédios de pilotis, mais 3 andares, tem 2 prédios assim, tem outros prédios que são 2 andares, é um local mais difícil, vamos falar assim, de qualquer intervenção ou de você querer manter assim uma disciplina um pouco mais rígida nesse CIR, por ser um projeto mais antigo.

Nós tentamos evitar na PDF 1, no projeto dela, os erros que a gente detectou nela na parte de segurança. Isso aqui foi uma continha que a gente andou fazendo. Por exemplo: eu fiz aqui um resumo, mais ou menos, esse resumo de obra que nós colocamos aqui seria, é um dos pleitos que nós vamos fazer agora para o Departamento Penitenciário Nacional. Nós vamos tentar transferir o presídio feminino que está lá no Gama para a área da PDF, onde a gente colocaria um



módulo de saúde, que é necessário para evitar a escolta nos hospitais. Tem a ala de ATP, ala de tratamento psiquiátrico e o centro de observação criminológica, nesse módulo de saúde. Isso aqui, a gente sempre tentando, vamos falar assim, minimizar os custos a longo prazo.

Essa planilhazinha na parte em que eu fiz aqui embaixo, seria tentando demonstrar aqui o seguinte: que uma penitenciária mal projetada, uma penitenciária que, às vezes, a gente olha na planta, eu já vi muito disso, você olha na planta, acha a planta bonitinha, bem fácil assim, mas você começa a olhar, você começa a ver quantos agentes é necessário para você administrar aquela penitenciária. Tem penitenciárias, por exemplo, que eu já vi assim o projeto, que eu acho um erro fundamental: as celas saírem direto para o pátio. Você nunca consegue fazer uma revista nas celas. Se os presos estão no pátio, eles estão ali de frente para o pessoal que está fazendo a revista. É uma das coisas que o Mauro, acho que deve dar até dor de barriga — não é, Mauro? — fazer uma vistoria dessa.

Então, esse tipo de projetos assim é que eu acho que acaba — às vezes ele é até mais barato, mas acaba encarecendo a longo prazo. O que eu quis fazer com essas planilhas aqui é o seguinte: por exemplo, uma penitenciária dessa aqui, a gente fazendo as contas aqui, a gente levaria 12, acho que aqui...*(É porque eram 2 planilhas que eu fiz naquele dia aqui, e elas... Posso dar uma olhadinha nessa para ver se ela é igual a essa aqui? Não, porque tinha uma que era diferente das outras. Isso. É que essa aqui é diferente.)*

Só para vocês terem idéia, os funcionários de uma PDF, se eu fosse usar o que a gente gasta com funcionário mensalmente, em 4 anos vírgula 6, quer dizer, 4 anos e meio, cinco anos, no máximo, a gente pagaria o custo de uma penitenciária. O custo de uma penitenciária, vamos falar assim, no sistema penitenciário, no meu ver, não é a coisa mais importante, porque uma penitenciária bem feita, durável, ela vai durar, sei lá, 20, 30, 40 anos. E as pessoas que trabalham ali não, todo mês você tem que pagar. Se você fizer um projeto malfeito, você vai acabar gastando, vamos falar assim, em vez de você levar...

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Uma penitenciária a cada 5 anos.



**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - É. Você gastaria uma penitenciária a cada 5 anos. Se eu fizer uma comparação entre a penitenciária, se eu hoje, só para vocês terem uma idéia, se nós hoje fôssemos construir uma penitenciária só para abrigar o pessoal do CIR, em 5 anos ela estaria paga, ainda caberia 2,7 vezes a quantidade de pessoas que estão lá.

Então, o Estado, ele teria que, vamos falar, rever algumas metas de quantos presos por penitenciária, a tipologia da arquitetura, para que a gente possa ter essa redução, porque senão, vão falar assim: *“Ah, o pessoal pensa que a gente fala em 36 milhões”*. É dinheiro, não tenham dúvida.

Mas se a gente pensar, que, vamos falar assim, a gente gasta com funcionários 1 milhão e 300 por mês, eu acho que isso aqui, num instantinho, em 1 ano, é muito mais caro do que uma penitenciária. Então, é isso que foi a idéia da gente fazer essa planilha aqui, para a gente ver que se não fizer um projeto adequado, racional, econômico — econômico, ainda volto a dizer —, não é o mais barato, mas é aquela que vai lhe proporcionar ao longo dos anos uma economia de recursos sem precisar ficar intervindo, refazendo. Havia, antes, celas ali que eram só de alvenaria.

Só para vocês terem idéia, parecia um queijo suíço. Os caras vão abrindo um buraco aqui para passar, sei lá, uma coisa de uma cela para outra, e isso aí vai 2, 20, 30 celas de uma para outra. Isso tem um custo para segurança. Isso aí, daqui a pouquinho... Você não sabe se um preso de noite está numa cela, daqui a pouquinho ele está em outra cela.

Então, são coisas que a segurança fica muito fragilizada. Bom, era mais ou menos isso. Tinha muita coisa para eu falar aqui, mas eu acho que seria mais na parte técnica, eu acho que não seria aqui nesse local. Mas estou aqui disposto a qualquer outra pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós queremos agradecer ao Dr. Nathaniel, engenheiro e assessor da Gerência de Engenharia e Arquitetura da Secretaria de Estado do Distrito Federal, pela explanação.

Neste momento vamos passar a palavra ao nosso Relator, em seguida aos Parlamentares para fazerem as perguntas.



Mas eu queria, antes de passar a palavra ao Relator, fazer uma pergunta ao Dr. Nathaniel sobre o conceito de cela individual nos presídios. Qual a opinião de V.Exa. a respeito desse conceito?

Particularmente, estive visitando algumas penitenciárias em Minas, com cela individual, e vi ali muitas vantagens em relação aos outros sistemas de celas coletivas.

Do ponto de vista da engenharia, a construção de uma cela individual, talvez na fase inicial, tenha um custo maior. O custeio, a manutenção daquela penitenciária com cela individual, no decorrer do tempo, não ficaria mais barato, por facilitar a fiscalização, a responsabilização pelos danos causados ao patrimônio, tendo em vista que numa cela individual você tem como identificar quem causou o dano, de quem é uma arma escondida, de quem é uma droga escondida?

Qualquer dano que tenha sido causado dentro da cela não tem como dar desculpa, porque a cela é individual, além da segurança do preso, que é um problema hoje grande do Brasil. O Brasil é um país onde, apesar de não ter pena de morte, morre muito mais presos nas cadeias brasileiras do que nos demais países juntos que tenham pena de morte, por ano. Só no ano passado, foram quase mil presos que morreram no sistema prisional brasileiro. Se nós pegarmos os países que aplicam pena de morte, como os Estados Unidos e a China, e formos verificar, nesses países não morreram tantas pessoas pela pena de morte como morreram no Brasil, que não é adepto do sistema. Mas a pena de morte aqui, com certeza, funciona pela “lei dos presídios”, à revelia do Estado, e traz muito mais transtornos para a população carcerária. Eu queria ouvir a opinião do senhor.

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Concordo plenamente com o senhor. Nós adotamos, por exemplo — tudo tem um porquê nesta vida —, 8 por vagas, como vocês viram lá. Foi na época do outro Governo, na época do Fernando Henrique, quando eles pediram que a gente criasse, vamos falar assim, que cada vaga o DEPEN só pagaria 7 mil por vaga. Certo? Então, naquela época, o nosso projeto era celas individuais. Aí eu passei para coletiva, para poder atender, chegar próximo, mesmo assim ainda fiquei com 9.500 por vaga. Nós fizemos com 8, tem um outro módulo do lado, tem aquele outro. Cada penitenciária tem 3, 4 módulos. Três são daquele tipo que a Comissão visitou, e há um outro do lado, as celas têm 1



beliche, é para 2 pessoas, podendo ficar 1 ou 2, conforme a administração achar conveniente. Foi tudo uma questão de custo. Na PDF 2, continuamos fazendo 8, porque até então os problemas, o senhor comentou aqui, no DF, não têm acontecido, em função da disciplina, da segurança, da atividade da GPOE.

Então, nós não temos tido os outros problemas que o senhor tinha falado. Concordo em gênero, número e grau. Se fosse um, seria uma maravilha. Na penitenciária 3 — nós pretendemos fazer a PDF 3, que seria feminina, e já nas próximas, que seria a quarta, para ocupar aquele segundo quadrante lá de baixo. Nós já estamos reduzindo para 4, porque nós já não temos mais essa pressão de 7 mil por vaga que tínhamos naquela época. Está certo?

Mas eu acredito que se a gente fosse colocar 1 por vaga, a gente ia ter que ampliar mais ainda os prédios e ia ter um custo inicial, como o senhor mesmo falou, maior, mas que com o tempo... Isso seria só uma vez, porque ao longo da vida estaria pago. Um prédio daquele vai durar 20, 30, 40 anos, eu acredito, porque é totalmente em concreto. Então, eu acredito que vá durar bastante. Seria isso que eu teria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Na opinião de um profissional de engenharia, o senhor acredita então que uma cela hoje individual pode trazer um custo maior na fase inicial da obra, mas que para a administração, no decorrer da vida útil do estabelecimento, ela fica muito mais barata do que uma cela coletiva e facilita todos os demais...

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Não, não. Barata ela não vai ficar mais. Barata, não. Ela vai dar mais conforto e tudo o mais. Mas eu vejo de uma outra maneira. Uma pessoa ficar encarcerada — o Dr. Anderson pode me corrigir ou o Mauro —, ela é recolhida às celas por volta de umas 5 horas da tarde e só volta a ir para o pátio por volta de umas 8h30min, 9 horas. Não é isso? Uma pessoa ficar sozinha numa cela... Acho que é melhor ficar 4 numa cela, porque eles têm condições...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Depende dos 4 na cela.

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Lógico. Mas veja bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Porque dormir com o inimigo é melhor dormir sozinho. Não se sabe quem é.



**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Não. Mas veja bem. Eu falo pela minha experiência e pela experiência do sistema penitenciário do Distrito Federal, com a disciplina que tem lá hoje, com uma direção profissional. Eu considero... Por exemplo, eu tenho a maior tranquilidade de ir lá, de entrar ali no sistema penitenciário, já levei a minha família toda lá para conhecer, não tenho o menor medo de entrar ali. Está certo? Por quê? Porque eu sei que lá está tudo sob controle, não tem aquele dia que você fala: "*Não, hoje não dá para entrar*". Nunca...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas só para tirar uma dúvida.

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Segundo relatório enviado pelo DEPEN, este ano, já morreram 13 pessoas dentro dos presídios do DF: 4 mortes criminais, 1 por suicídio, 8 mortes naturais. A gente está achando até um índice muito alto dessas mortes naturais nos presídios. A gente quer saber quais são as causas dessas mortes naturais, porque eu estou achando alto. Em alguns Estados, só morrem por morte natural. Então, estou achando o índice alto. Então, com todos os benefícios, com toda a preocupação, com todo o trabalho eficiente que é feito pelo sistema, nós tivemos, este ano, até agora, 13 mortes dentro dos presídios do DF. Então, quer dizer, o sistema não é tão perfeito assim. Eu queria fazer a seguinte pergunta: se fosse em cela individual, essas mortes teriam ocorrido?

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Não estou querendo brincar não, mas eu vou falar o seguinte: tem que saber se eles morreram dentro da cela, numa briga dentro de cela. Vamos supor que essas 13 mortes aconteceram, aí depois...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Está aqui no sistema.

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Não, eu sei. O Dr. Anderson pode até explicar melhor se elas ocorreram dentro da cela ou ocorreram no pátio. Porque, se ocorreram dentro da cela, eu até não teria como não concordar com o senhor. Mas eu acredito que elas — eu acredito, não sei, não tenho essa informação direta, mas o Dr. Anderson vai passá-la —, eu acredito que não foram dentro das celas.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Porque morte natural no pátio é difícil, não é?

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Não, não, eu sei. Não estou entrando nesse mérito. O Dr. Anderson pode falar melhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pode, sim.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Deputado, na realidade, essas mortes, das 13 pessoas, apenas 4 ocorreram no interior do estabelecimento prisional. As demais ocorreram em hospitais, são presos que estavam sob escolta hospitalar, estavam em tratamento médico, nós temos diversos presos que morreram dentro dos estabelecimentos prisionais, nós temos suicídio e temos um preso que ainda está em situação a esclarecer, porque ele morreu envenenado. A gente não sabe ainda como é que ele conseguiu esse acesso ao envenenamento. Teve um preso que se envenenou numa delegacia de Polícia. Ao receber esse preso — foi uma morte que ocorreu no mês passado —, na hora em que ele desceu do camburão, entrando no estabelecimento prisional, ele, na mesma hora, pediu para ir para o médico porque ele estava passando mal. Foi levado imediatamente e já chegou com óbito. Ele havia sido envenenado, isso ainda antes de chegar ao estabelecimento prisional, e contou como uma morte.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ele morreu dentro da cela?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não, não morreu na cela. Na cela, tivemos um caso, porque foi um caso de suicídio, mas a questão de preso ser morto dentro de cela nós não temos esse problema.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Neucimar, eu recebi uma informação de que parece que existe um código entre os presos que quando há homicídio eles não executam dentro das celas. Normalmente é no pátio. É um código que existe entre eles. Porque realmente tem algum sentido, dentro da cela é alguém dali que vai ser culpabilizado.

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Com certeza.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Então, existe um código entre eles. Então, normalmente, não acontece dentro das celas.



**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Mas quando eu digo morte natural, é morte natural mesmo. Viu, Deputada?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Aí nós temos os índices de suicídio, não é?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Quando eu digo natural é natural mesmo, são mortes de causa como enfarto, AVC, tivemos uns presos que morreram por AVC. Inclusive teve um preso com 29 anos de idade, quando me informaram que era AVC, eu solicitei, porque eu queria ver o laudo médico do Instituto de Medicina Legal, e chegou um laudo confirmando que foi um AVC, apesar da idade, de ser uma pessoa nova. Então, realmente, confirmou. Todas essas informações que tem como morte natural são baseadas em laudos do Instituto de Medicina Legal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Satisfeito.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, os que assistem a essa audiência, Dr. Nathaniel, Dr. Anderson, Dr. Mauro, eu vou me dirigir mais ao Dr. Mauro, mas os demais depoentes podem responder se achar conveniente. Também eu vou fazer as perguntas bem objetivas, algumas os senhores nos disseram na visita, mas é importante, porque aqui vai ficar para os Anais da Comissão. Primeiro que o senhor me informasse qual é o custo do preso aqui em Brasília.

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Na faixa de 1.500 reais.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Mil e quinhentos. Quantos presos tem aqui em Brasília, quantos homens e quantas mulheres?

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - O Anderson está com esse dado mais preciso.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - São 7.670 presos, hoje. Feminino, nós temos 313, hoje. Não. Trezentos e treze não, 375 feminino, hoje, dos 7.670, no total.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Isso. No semi-aberto nós temos aproximadamente 2 mil presos, aproximadamente 2 mil presos no regime fechado e os demais seriam presos provisórios.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Qual é a média de entrada e saída de presos aqui mensal?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Hoje nós recebemos presos oriundos da Polícia Civil. É importante frisar que, na Polícia Civil, os presos ficam numa faixa de 3 a 5 dias. Não ficam mais do que isso. Nós recebemos... A Polícia Civil possui uma carceragem central, que é no Departamento de Polícia Especializada, com capacidade para 150 presos. Todas as terças-feiras e sextas-feiras, pela manhã, nós recebemos os presos — pessoas que foram presas pela Polícia Civil. A média é de 110 a 120 pessoas por semana.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor pode me informar qual é a predominância dos crimes daqueles que estão no sistema?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Aqui no sistema penitenciário do DF, a predominância é por roubo e furto. São principalmente esses 2 tipos de crime.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - É o mesmo percentual entre as mulheres?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - As mulheres: tráfico de drogas.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Tráfico.

Eu pergunto ao senhor: qual é o percentual de reincidência aqui em Brasília?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Aqui no Distrito Federal, segundo os dados que nós temos, gira em torno de 23%. Sendo que a média nacional giraria de 70 a 80%.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Desse total de presos, quantos efetivamente trabalham e quantos efetivamente estudam?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - O total de presos trabalhando no Distrito Federal hoje está em 21,93% desse número de presos, e estudando... Aliás, que trabalham 21,93%, e estudando 16,22%. Hoje 38,15% de nossa massa carcerária trabalha e/ou estuda aqui no Distrito Federal. Eu tenho aqui os dados, Deputado, por estabelecimento: o total que trabalha e o total que estuda por cada um dos estabelecimentos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Está bem. Diga-me o seguinte...



**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Inclusive, eu gostaria de passar esses dados para os senhores, deixar com os senhores.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Desses que trabalham, tem algum preso com trabalho externo?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Temos presos... Temos hoje 460 presos que atuam externamente, que trabalham externamente.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Domingos?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Pois não.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Só para completar sua pergunta, são 7 mil, seiscentos...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Sete mil, 670.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Isso, agora a capacidade de...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Nominal.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Qual a capacidade instalada para preso?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Só um minuto, porque eu vou ter de somar aqui, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Tem excedente, não é, da capacidade?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Hum, hum.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Acho que é 5 mil e pouco.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - A capacidade vai girar em 5.800, aproximadamente 5.800 vagas. Nós teríamos aí um excedente de 2 mil.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Eu já pergunto ao senhor: há uma superlotação que nós verificamos, e o senhor confirmou aqui. O que o senhor... Que providências estão sendo adotadas ou que serão necessárias para acabar a superlotação?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Nós estamos encaminhando agora o projeto de construção da PDF III, Penitenciária do Distrito Federal III, o que será no complexo penitenciário. E onde hoje está instalada a penitenciária feminina... Essa penitenciária do Distrito Federal vai abrigar a penitenciária feminina mais uma unidade hospitalar, que seria o hospital de custódia mais a ala de tratamento psiquiátrico. E onde hoje está a penitenciária feminina, que



os senhores visitaram, será transformado no Centro de Progressão Penitenciária II, mais uma unidade prisional aqui do Distrito Federal, destinada a presos no regime semi-aberto que já foram agraciados com trabalho externo e saída temporária. Isto é uma das medidas: a criação de mais um estabelecimento prisional. E a outra medida... Aliás, a mudança de um estabelecimento do Gama para o complexo penitenciário e a criação de mais um outro. Na realidade, são a criação de 2 estabelecimentos: a mudança de um e a criação de mais um estabelecimento. E a outra medida é o concurso para técnico penitenciário, com 1.600 vagas, que deve ser lançado o edital agora no próximo mês.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Antes de passar à próxima pergunta, queria até deixar registrado que, naquelas visitas — e eu dei algumas entrevistas pelo rádio, e saíram algumas matérias dizendo que eu teria dito que a penitenciária é um modelo. Na verdade, há muitas coisas positivas aqui em Brasília.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Tem muita coisa para mudar.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Mas não chega a ser um modelo, porque nós ainda não fizemos nenhum comparativo com outras penitenciárias que vamos visitar.

Eu queria perguntar para o senhor o que é que impede que se garanta pleno trabalho a todos os presos, já que apenas 21%... Portanto 80% não trabalham, portanto, há uma punição aos presos que deixam de ter sua pena reduzida e outros benefícios. O que é que impede — e a resposta dos senhores vai nos ajudar no relatório final, dentro de todas as visitas que vamos fazer — que o Estado garanta aos presos o direito ao trabalho, já que é uma obrigação do Estado garantir isso?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Como o senhor disse, é um direito deles. A gente só tem de assegurar o cumprimento desses direitos. Na realidade, o que nos impede hoje de ter um maior número de internos trabalhando e/ou estudando é a carência de servidores que nós temos, que é um fator, um ponto que a gente deve resolver rapidamente, com a realização do concurso; e o outro é incrementar a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso. Como eu disse, eu, hoje, como Diretor de um presídio, se assim fosse, eu não poderia criar uma horta e colocar os presos ali para trabalhar, porque, no Distrito



Federal, só quem pode gerir essa atividade laborativa e educativa é a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso. Então, hoje temos essa dificuldade, que é incrementar e fomentar a FUNAP, para que ela possa exercer essa atividade, para que ela possa fazer cumprir a sua função, na realidade, a contento. E o outro motivo é justamente a carência de servidor, porque mesmo com a FUNAP fortalecida, eu vou precisar do servidor penitenciário para poder levar aquele preso, por questões de segurança, e apresentá-lo. Hoje, por exemplo, temos médicos, psicólogos, temos dentistas nos estabelecimentos prisionais, mas, para aquele preso ir até o médico, eu preciso de um agente penitenciário que o leve até o médico, e hoje a gente tem essa carência de servidores.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Dr. Anderson, qual é o número ideal de servidores de que o senhor precisaria para garantir essas condições?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Servidores técnicos penitenciários e/ou agentes penitenciários, servidor que vai efetivamente lidar com o preso, o ideal seriam 2 mil.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Dois mil.

O senhor confirma que na Papuda tem 600 hectares de terras, área da Papuda?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - A área total seria em torno de 150 alqueires, daria mais ou menos isso. A área para fazer as atividades para a construção de galpões destinados a essas atividades, nós temos, não há problema algum. Precisaríamos só dos recursos para construção desses galpões e do servidor para poder fazer essa atividade.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Qual é a área do presídio feminino, área livre?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Área livre, não saberia informar para o senhor ao certo qual a área livre lá hoje. Mas temos área também mais do que suficiente, e o presídio feminino, como eu disse, ele vai mudar para o complexo penitenciário.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Pergunto ao senhor: vocês têm alguma proposta para garantir trabalho para essa quantidade de pessoas, inclusive na área agrícola, porque dá para criar pequenos animais, hortaliças, gado...



**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Hoje, no complexo penitenciário, a FUNAP gerencia uma área de agricultura, gerencia também uma área com criação de gado, criação de suínos. Hoje já funciona. Nós só precisamos fomentar essa área e incrementá-la, para que aumente a oferta de trabalho para esses internos. Na realidade, é importante a gente também criar atividades para os internos que gerem uma qualificação para ele. Não adianta a gente colocar aquela pessoa para trabalhar ali como marceneiro, se ele não vai ter uma qualificação profissional. Ele tem que ter uma certificação — isso é importantíssimo —, porque como é que ele vai comprovar que ele é formado naquela área, que ele tem uma formação naquela área, se ele não tem uma certificação? Ele não vai conseguir emprego na rua de forma alguma. Porque a primeira coisa que vão exigir dele é que tenha alguma certificação, como serralheiro, como pintor, como qualquer coisa nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O que me incomodou nessas visitas, é porque, primeiro, a grande maioria dos presos que nós entrevistamos vem de outros Estados. Não deu para a gente perguntar se eles tinham alguma origem de trabalho agrícola, mas é uma área muito grande, área agricultável, e o sistema precisa desses produtos, há 80% de presos sem trabalhar e terra ociosa. Portanto, foi alguma coisa que chamou a atenção.

Na penitenciária feminina, há uma pequena horta, muito pequena, e nos foi dito que é mais os presos que têm problemas psiquiátricos do que para as mulheres. Há 400 mulheres ali confinadas, e uma área muito grande.

Eu perguntaria ao senhor também se os mesmos obstáculos que impedem o trabalho são os mesmos que impedem a escola.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - É o mesmo obstáculo. Hoje, no sistema penitenciário do DF, nós temos 50 salas de aulas, temos um convênio com a Secretaria de Educação, que nos fornece os professores. Todos os professores que ali trabalham têm uma gratificação, que gira em torno de 2 mil reais por estarem ministrando aulas no sistema penitenciário, mas também quem gerencia essa atividade é a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Queria que o senhor só opinasse sobre — e me parece que já há uma idéia em execução aqui — a remissão de pena para aqueles que estudam.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Há aplicação disso aqui?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Há aplicação. É uma portaria da Vara de Execuções Criminais, inclusive trouxe para o senhor uma cópia dela, é a Portaria nº 05, de 2002. Essa portaria prevê que, para cada 18 horas de estudo, haja a remissão de um dia na pena. Mas, além dessas horas de estudo que têm de ser atestadas com freqüência encaminhada pela direção do estabelecimento, tem de ter uma recomendação do professor. O professor tem de atestar que aquele interno, aquela pessoa que está ali estudando, está se esforçando, pelo menos. Não é só o horário, tem de ter um aproveitamento também. Não é que ele tenha de passar nas provas, mas, pelo menos, ele tem de se dedicar. Porque não adianta ele só ir lá, ficar cumprindo as 18 horas só para ter a remissão e não querer aprender nada. Ele tem de se dedicar ao estudo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E o professor coloca isso no boletim, que ele não está interessado?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Coloca, coloca. Todos os professores colocam, porque é importante frisar também que todos os núcleos de ensino nos estabelecimentos são geridos por um agente penitenciário com formação na área de pedagogia, em todos os presídios, e esse agente penitenciário, juntamente com o pessoal da FUNAP, que hoje, em sua grande maioria, são servidores penitenciários também, é que organiza, que gerencia essa atividade dos professores.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Dr. Anderson, dos problemas do sistema aqui de Brasília, além da superlotação, pouca quantidade de pessoas que trabalham, apesar de ter um percentual razoável e da questão do acesso à escola, o que achei mais grave foi a questão da assistência jurídica. Noventa e nove por cento dos presos que nós contatamos nunca viram advogado, não sabem como é que está o seu processo, não entendem a linguagem jurídica, absolutamente.



Eu perguntaria ao senhor: já há 6 defensores, o que é uma coisa boa. Mas eu perguntaria ao senhor se tem uma outra proposta, uma outra idéia, para superar isso. Houve preso que nos disse assim: *“O juiz depois que terminou ali a instrução, perguntou: você quer apelar?”* As pessoas não sabem o que é apelar. Às vezes, pensam que é pelar porco no Nordeste, que é para tirar o pelo. Então, essa questão é mais séria, porque repercute na superlotação, repercute no custo para a sociedade e repercute principalmente no direito à liberdade. Eu perguntaria para o senhor se os senhores têm alguma proposta para resolver esse problema, que é gravíssimo — a falta de assistência jurídica.

Às vezes, é defensor que não tem, e se dá um dativo, porque não há um defensor público e se dá um advogado dativo, indicado ali, alguém que não recebe remuneração e não se interessa absolutamente por nada, não recorre. Eu perguntaria para o senhor se vocês têm alguma proposta?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Nossa proposta, como eu disse para os senhores durante a explanação, hoje temos 6 defensores públicos; até dezembro, temos a promessa, com a posse dos novos defensores, mais 45, de recebermos mais 3 ou 4, temos promessa nesse sentido, e, além disso, estamos tentando, procurando faculdades, entidades educacionais, universidades para ver se a gente consegue um auxílio, nem que seja de estagiários. Porque, hoje, a nossa grande dificuldade é justamente essa falta de assistência jurídica mais efetiva. Eu não vou dizer que não tenha assistência. Tem assistência, porque a assessoria jurídica dos estabelecimentos acompanha, e o próprio sistema já vai informando quando aquele preso teria direito ao benefício. É o nosso próprio sistema informatizado, mas, às vezes, devido à falta...

Como eu disse para o senhor, eu tenho carência de servidores, inclusive nessa área também, para prestar essa assessoria e assistência jurídica. Tenho carência dos defensores públicos. Hoje, os defensores públicos estão mais voltados para o Centro de Prevenção Penitenciária, que é aquele interno que já está no semi-aberto, com saída temporária, com trabalho externo, já com o pé na rua, como se diz.

Então, realmente a gente tem uma grande carência de assistência jurídica, e dependemos do Estado nesse sentido, temos a promessa de aumentar e estamos



agora procurando faculdades, universidades, para ver se conseguimos pelo menos firmar convênios, para que a gente preste essa assistência ao interno. Gostaria de frisar só uma coisa: a gente não tem notícias de internos, no Distrito Federal, que estejam presos há mais tempo do que foi a condenação deles. Isso, não. Se uma pessoa é condenada a 10 anos, não tem ninguém há 11 preso. O senhor não tenha dúvida disso, tá? Pode ser que com 10 anos, no sexto, ele tenha direito àquela progressão de pena. Pode atrasar um pouco nesse sentido, aquela progressão, um livramento condicional, alguma coisa nesse sentido, a concessão de algum benefício. Agora, ele ficar mais tempo do que ele foi condenado, de forma alguma.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, eu...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Hoje nós temos aproximadamente 2.500 que são provisórios, no sistema penitenciário, nem todos são condenados.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, os nomes que eu anotei, e a assessoria, nós vamos depois encaminhar para o sistema, para verificar a situação deles todos, e vou sugerir à Comissão que, se tiver condições financeiras, contrate um advogado para pegar alguns casos, para ir ao Fórum e saber se aquela pena poderia ter sido menor, com direito a pena alternativa, e assim por diante, para a gente poder ter uma amostragem. Porque, nessas visitas, eu, pelo menos, senti um drama — e cada preso nos procura com uma esperança muito grande. É evidente que temos de olhar com cuidado, porque cada um conta uma história sob o seu ponto de vista, mas nós não podemos deixar de dar atenção aos relatos que são dados.

Portanto, vou sugerir que, por amostragem, se olhe os processos, para saber se aquele preso que pegou uma pena muito alta, se tivesse uma assistência jurídica adequada, teria tido uma pena menor. E vamos encaminhar para o sistema penitenciário todos os relatos aqui que já indicam progressão de pena. Alguns querem ser transferidos.

Quanto àquilo que diz respeito às mulheres, não vou fazer pergunta, vou deixar para a Deputada Cida e para a Deputada Jusmari fazerem as perguntas necessárias.



Queria perguntar para o senhor se há ingresso de objetos estranhos — celulares, arma, drogas — no interior da penitenciária e perguntar, junto com isso, quais são as causas do ingresso desses objetos e se há algum tipo de desvio de função de servidores no sistema do GDF. E, se tem, que tipo de punição foi aplicada. De conduta.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Aqui no Distrito Federal, nós temos por semana uma média de 5 a 6 flagrantes, que são feitos durante os dias de visita, com tentativas de ingresso de tráfico de entorpecentes. Tentativa de ingresso de entorpecentes no sistema penitenciário. Então, na realidade, tenta-se entrar no sistema penitenciário, mas a gente tem conseguido barrar. Graças a Deus e ao empenho dos servidores, a gente tem conseguido barrar. Não temos notícia de qualquer arma de fogo, qualquer telefone, qualquer coisa nesse sentido no interior dos estabelecimentos.

Como eu disse, cada estabelecimento tem um Núcleo de Inteligência, temos a Gerência de Inteligência na Subsecretaria. De forma alguma temos qualquer notícia nesse sentido. Tentativas de ingresso, sim, ocorrem e, quando ocorrem, são encaminhadas para a Polícia Civil e lavrados os respectivos autos de prisão em flagrante. Nesse sentido, inclusive, um bom número dessas mulheres que hoje estão presas no presídio feminino, foram autuadas quando tentavam ingressar no sistema penitenciário, nos presídios masculinos, com substâncias entorpecentes.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Há algum desvio de função de servidores, agentes?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Desvio de função ou desvio de conduta?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - De conduta, aliás.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Temos. Hoje, nós temos, na Subsecretaria, uma Gerência de Sindicâncias, eu tenho servidores bacharéis em Direito, são 12 servidores responsáveis por apurar as sindicâncias envolvendo servidores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Há quantos respondendo processo?



**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - O número exato de quantos estão respondendo, eu não sei informar para o senhor. Porque, hoje nós temos a Corregedoria da Secretaria de Justiça, temos a Corregedoria da Polícia Civil, porque a grande maioria, para o senhor ter idéia, dos agentes penitenciários são todos policiais civis. Então, tem procedimentos na Corregedoria da Polícia Civil, procedimentos na Comissão Permanente de Disciplina da Polícia Civil, temos procedimentos na Corregedoria do Distrito Federal e da Secretaria de Justiça. Abertas as sindicâncias...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos já foram afastados da função, por desvio de conduta?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Eu teria de fazer esse levantamento, Deputado. Eu não sei dizer se...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas, já foi algum afastado?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Já, já. Com certeza. Temos, inclusive, alguns servidores punidos. Recentemente, eu fiz a punição de 2 servidoras.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - São punidos com o quê? Com expulsão?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Foram punidas com suspensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com suspensão?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Foram suspensas as suas atividades, por alguns desvios de conduta.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Pode-se afirmar que...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Bem, essa é a punição prevista na Lei nº 4.878, que é o regulamento dos servidores policiais civis do Distrito Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Relator, eu queria aproveitar a oportunidade, então, para solicitar à Secretaria de Justiça do DF que informasse oficialmente a esta Comissão o número de agentes que respondem a processo administrativo por desvio de conduta dentro do sistema e o número de



agentes que já foram afastados ou expulsos da corporação, da instituição, por desvio de conduta, e o tipo de desvio que foi cometido, se foi facilitação de entrada de droga, de armas.

Segundo o relatório que temos, o salário dos agentes aqui são melhores do que o de muitos delegados de alguns Estados e até de coronéis. Ganha até mais do que um coronel do Exército um agente do DF, no que não vejo nenhum demérito. Acho que ele tem de ganhar bem mesmo, mas acho que o salário é muito bom e não justifica... A desculpa plausível que é dada muitas vezes pelas pessoas é a de que ganham pouco e, então, acabam sendo influenciadas pelo crime etc.

Então, é um salário bom, e eu quero saber se a instituição está punindo com o mesmo rigor o agente que tem desvio de conduta dentro do sistema, apesar de ganhar um salário de 6 mil reais — um salário bom para ser induzido a cometer um desvio de conduta, pelo agente que está preso.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Eu poderia até adiantar para o senhor que, geralmente, as condutas são fora do presídio. Nós não temos muito notícia de condutas irregulares nos estabelecimentos prisionais. Como eu disse, todos são policiais civis, e eles são regidos pela Lei nº 4.878, de 1965, que é o Estatuto do Servidor. Inclusive, fora do estabelecimento prisional, fora do local de serviço, determinadas condutas que ele venha a praticar podem configurar transgressão disciplinar. Então, a grande maioria são condutas fora do estabelecimento prisional. Quando no estabelecimento prisional, são algumas denúncias de abuso de poder no sentido de maus-tratos ou alguma coisa nesse sentido. Nós não temos, salvo engano — e eu não acredito que tenha —, qualquer procedimento com relação a ingresso de drogas, armas, qualquer coisa nesse sentido. Mas vou fazer esse encaminhamento e o encaminharei.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, vou fazer mais algumas perguntas objetivas para garantir aos demais o direito de participar e depois retorno. Pergunto ao senhor se tem alguma liderança presa, envolvida com outras organizações que possam ser caracterizadas como crime organizado.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Nós tivemos no Distrito Federal, nos anos de 2000 e 2001, William Herbas Camacho, o Marcola. Ficou aqui conosco um ano e meio e pediu, pelo amor de Deus, para voltar para São



Paulo, que ele não queria mais ficar aqui, porque aqui ele efetivamente não conseguiu arregimentar um grande número de pessoas e formar uma facção criminosa, como ele tinha intento. Mas deixou uma semente, que foi o PLD, que seria uma facção derivada do PCC.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - PLD, o que significa?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - PLD, Partido Liberdade e Democracia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ainda funciona?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Hoje em dia todos os membros estão identificados por esses núcleos de inteligência, todos estão em regime disciplinar diferenciado ou então no pavilhão de segurança máxima.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Quantos são?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - *A priori* são 8 pessoas, todos separados, não têm contato entre si.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor poderia mandar para a Comissão os nomes dos 8?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Posso sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Geleião está aqui ainda?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Geleião não. Tentaram encaminhá-lo para cá, quando o Camacho estava aqui, só que nós não o recebemos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor considera que esses 8 não têm vínculo nenhum hoje com nenhuma organização fora do GDF?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não, não têm.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor tem conhecimento da situação das delegacias públicas do Entorno?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Entorno do Distrito Federal? Sim, tomamos conhecimento agora, a partir do lançamento do PRONASCI, do Governo Federal, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Tivemos algumas reuniões com o sistema penitenciário do Estado de Goiás, até para ver a situação, e inclusive ficou acordado que nós iríamos apoiar o Estado de



Goiás, nesse sentido, na construção de estabelecimentos prisionais aqui na região do entorno, não especificamente no DF, mas no entorno para poder abarcar esse pessoal que hoje está em delegacias.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor poderia descrever a situação de que o senhor tem conhecimento do Entorno, se tem presos provisórios?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - A informação que eu tenho é que tem presos provisórios e condenados e com superlotação.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor visitou quais delegacias aqui no Entorno?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Eu já estive na delegacia de Águas Lindas, na delegacia do Valparaíso, Novo Gama...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Tudo Goiás?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Tudo Goiás, na região do Entorno; Unaí, que já é Minas Gerais. Já estive nessas unidades, inclusive fora do estabelecimento prisional. Sou delegado da Polícia Civil no DF e antes disso já havia visitado esses estabelecimentos também.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor não sabe se tem preso, nessas delegacias, de juiz daqui do GDF? Todos são de Goiás e Minas?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não, são presos de comarcas da região do Entorno, não do Distrito Federal. O Distrito Federal, toda vez que ocorre alguma solicitação nesse sentido de encaminhamento desses presos para o DF, imediatamente nós nos posicionamos favoravelmente, e a Vara de Execuções Criminais autoriza. Inclusive, gostaria de frisar que nós, hoje, temos recebido bastantes presos que estão vinculados à Justiça Federal, ao Departamento de Polícia Federal. A Superintendência Regional do DF costumeiramente nos solicita que receba os presos da Justiça Federal também.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Na delegacia do GDF não há preso provisório?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não, no Distrito Federal há apenas uma carceragem central da Polícia Civil, que é o Departamento de Polícia Especializada, com capacidade para 150 presos, e fica no máximo uma semana lá.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Se localiza onde?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Fica no Parque da Cidade, na Asa Sul.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Uma última pergunta, Sr. Presidente, ainda nessa primeira etapa. O GDF tem algum programa de assistência aos familiares dos presos?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não, efetivamente, que eu tenha conhecimento, não. A gente está tentando inclusive viabilizar. O que aconteceu? Até dezembro o sistema penitenciário estava todo vinculado à Secretaria de Segurança Pública, aqui no Distrito Federal. A partir de janeiro, com o novo Governo, foi criada a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, e o sistema penitenciário migrou para essa nova secretaria, inclusive incutindo em todos os servidores, isso é importante, uma nova mentalidade, não só de segurança, mas de ressocialização, de cidadania para essas pessoas, e isso envolve assistência aos familiares.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor falou que, apesar dos avanços que tem aqui, há muita coisa incipiente.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Ainda muita coisa incipiente que tem que ser melhorada.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Pode-se considerar também que o processo de ressocialização é mais do que incipiente, porque apenas 20% dos presos trabalham, 80% não trabalham; 20% estudam e 80% não estudam, e não há nenhum trabalho com as famílias. Ou seja, o ambiente de onde esses presos vieram não foi modificado. Aqui já foi dito pelo Dr. Mauro que tem presos que ao saírem da cadeia não têm nem o dinheiro da passagem. Portanto, o processo de ressocialização....

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Tem muitos presos nessa situação, e não têm nem para onde ir.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Então, a ressocialização é muito incipiente, quase inexistente.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - A ressocialização é incipiente e precisa ser feito um trabalho com a família até para prepará-los para



receber aquela pessoa de volta, porque muitos familiares, isso eu já conversei com alguns presos, os familiares têm vergonha daquela pessoa. O filho, a esposa, muitos têm vergonha daquela pessoa e não querem nem que ele retorne para o convívio da família. Então, a gente tem que realmente fazer um trabalho com os familiares.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, me resguardo para voltar após os outros colegas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agradeço ao Deputado Domingos Dutra.

Vamos passar a palavra, neste momento, ao Deputado Luiz Couto. Em seguida, Cida Diogo e Luiz Carlos Busato. Cada Parlamentar terá direito a 5 minutos para perguntar. E terá a réplica em seguida.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, eu gostaria de entender melhor esse esquema que o Dr. Mauro coloca: violência *versus* disciplina, através de um sistema disciplinar, usando a força escalonada.

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Quando necessário.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Quando necessário. Mas eu queria saber que força escalonada é essa.

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - O.k. O que é força escalonada? Eu vou usar o que eu tenho que usar para resolver uma situação. Ou seja, se o interno está... Por exemplo, uma coisa típica que acontece dentro da cadeia: brigas entre facções, ou um interno brigando com outro, armado. Como é que eu vou resolver isso, bem prático? Primeiro, a gente, sempre, dentro da nossa técnica, dá uma opção, ou seja, a voz de comando. Eu dou uma opção para ele. Segundo, não atendido, eu vou começar a usar a minha força escalonada. O quê? Dependendo da distância que eu tenha, eu vou fazer uma intervenção. Nessa força escalonada, se eu tenho gente suficiente para fazer isso — ou seja, gente suficiente é uma equipe com 15 agentes para entrar num pátio com 300 presos — eu vou fazer uma entrada. Dentro desse meu time tático, eu tenho os meus extratores, que vão entrar com escudo, tonfa e gás lacrimogêneo — um spray de pimenta — com o qual eu consigo alcançar uma pessoa a 5 metros. Usando esse spray de pimenta num ser humano, eu não vou neutralizá-lo totalmente, mas vai me permitir que ele perca a visão momentaneamente e a capacidade de combate dele. Isso me dá tempo de me



aproximar e desarmá-lo, justamente usando escudo e o bastão tonfa. Isso, o próprio dano... essa força escalonada que o senhor está perguntando é justamente.... Essa mesma força que eu estou usando no interno eu vou usar num agente num treinamento. Ou seja, a gente treina na gente mesmo. Com certeza ela não é danosa. Trazendo... Nunes, por favor, venha aqui. *(Pausa.)*

*(Demonstração de técnica de neutralização.)*

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Tira o relógio senão quebra.

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - *(Ininteligível.)* Se eu entrar nessa parte aqui, ele cai no chão. Se eu precisar projetar ele nessa mesa ele vai está aqui, está o.k? Nisso aqui não é só eu, eu não trabalho só; nós trabalhamos em equipe.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não deslocou o braço, não, não é? *(Risos.)*

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Não, senão eu perco os meus agentes. Então, o que acontece? Essa força que eu uso aqui eu não uso só. Essa é minha área de responsabilidade, somente este braço. Eu, chegando próximo dele aqui, essa é minha área de responsabilidade, vou conduzi-lo. Nós vamos entrar...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Ligou lá?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não, liguei.

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Nós vamos entrar cada um na área de responsabilidade. Eu usei o meu gás, nós fizemos a aproximação, imobilizamos, e agora nós vamos conduzi-lo. Se eu quero tirar ele mais rápido... Simões, por favor, se ele quer tirar ele mais rápido... Se eu quero tirar ele mais rápido um pouquinho, o próximo colega, ou mais 2 vai simplesmente vir na perna e tirar. *(Demonstração de técnica de neutralização.)* E aqui nós vamos conduzir. Eu vou colocá-lo onde eu preciso. Esse treinamento é a força escalonada que nós usamos. Ou seja, a grosso modo, a princípio, os senhores pensaram: *"Nossa, que operação mais deselegante, usando a força contra o próprio colega"*. O problema é que nós provocamos um desconforto inicial nele. Isso baixa a resistência e neutraliza o quê? A reação da parte dele. Então, isso é uma das muitas técnicas que nós temos. Então, nós temos um leque de técnicas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Certo.



**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Por isso que o nosso dano contra o interno é muito baixo. E eu sempre vou desestimular reação, está o.k? Isso é só uma técnica, pessoal, é um complemento de toda a nossa filosofia de trabalho. Não interessa a gente provocar uma situação danosa no interno. Não interessa. Interessa resolver o problema e não criar outro.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, como eu tenho 5 minutos para fazer as perguntas e eu faria as perguntas para todos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dois minutos de desconto aí, depois da apresentação.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - ... e depois vocês tomariam nota e responderiam num segundo momento.

Eu queria o seguinte: você falou que reina o medo, a coação por parte daqueles que são chefes de organizações. Isso você responde depois. Como é que é essa... é uma disciplina baseada no medo ou baseada na convicção de que o processo de reeducação é importante? A ressocialização não seria também um elemento da manutenção do medo e da coação por parte do poder, que deveria dar condições para que se reeducasse e ressocializasse e não cometesse mais aquilo?

Depois o seguinte: o agente penitenciário não estaria sendo transformado numa polícia penitenciária? Você responde depois. Anota aí e depois responde aqui. São duas perguntas que eu faço para você.

Para o Dr. Anderson... Sim, e depois o seguinte: eu queria saber se tinha aquele apenado que estava lá, parece que com o Machadinho, como é que aquele Machadinho entrou na prisão? Responda também depois. Porque tinha lá um batendo no....

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - No Rio. Ah, naquele filme. Não foi aqui não?

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Não, senhor, foi no Rio. Não foi aqui não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Está bem. Quais são as causas maiores das rebeliões? Também para o senhor: quais são as causas maiores da rebelião?



E eu mesmo, a Comissão de Direitos Humanos, juntamente com o Movimento Nacional de Direitos Humanos e outros parceiros, nós fazemos uma campanha para conseguir livros para a biblioteca do sistema penitenciário. Inclusive já estivemos lá na FUNAP, entregamos lá livros, e eles disseram que iam mandar para uma penitenciária, onde um preso teria ficado bravo porque não tinha recebido a visita, e aí se vingou, queimando a biblioteca lá. E a gente está fazendo agora uma campanha em nível nacional para que cada presídio possa ter uma biblioteca, para que os presos possam ter uma boa leitura. E a gente sabe que a mente oca é morada do cão. Se ele tem uma leitura, ele pode ser um elemento também transformador da violência numa causa nobre.

Mas eu queria que o senhor... O senhor não teria condição, mas eu queria que o senhor depois encaminhasse para a Comissão o perfil dos apenados do Distrito Federal. O perfil com... ou seja, a origem dessas pessoas...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Esse relatório que forneci para cópias tem esse perfil.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Tem. Tá bom. Agora eu pergunto também se já tem também a questão dos presos doentes. Se eles ficam... eu gostaria de saber, quer dizer, quem é que tem AIDS, quem é que tem tuberculose, ou seja, os diversos tipos de doenças e dos doentes, porque eu não sei se eles são colocados no mesmo local ou se são separados. Daqui a pouco, o que está com uma sarna pode também pegar a tuberculose do outro se tiver junto. Como é que esse sistema de saúde?

Uma outra coisa que eu queria ver: se os presos provisórios têm contato com os presos definitivos, se eles são misturados ou eles ficam numa ala separada.

A outra é o seguinte: qual é o percentual de jovens presentes no sistema penitenciário? Ou seja, o jovem seria de 18 a 29 anos. Nesse período aí, qual seria o percentual de jovens?

E eu pergunto se naquela escala que o senhor colocou aí do número de presos que tem atualmente, se esse percentual aumentou ou diminuiu. Se aumentou, qual a causa? Se diminuiu, qual também a causa?

E finalmente para o senhor, uma reclamação que os familiares fazem. O senhor colocou uma razão: porque não têm a visita aos domingos. É que muitos



reclamam que não podem visitar os apenados porque estão trabalhando. Então perder um dia de trabalho significa um prejuízo muito grande. Ou seja, no domingo seria a facilidade, porque é o dia do repouso e eles poderiam visitar. Porque parece que é terça-feira e quarta-feira. Ou quarta-feira e quinta-feira?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Quarta e quinta-feiras.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Então significa que um familiar que trabalha dificilmente teria condição de fazer a visita ao seu parente que ali estaria. O senhor falou que dependia, isso, de pessoal concursado para realizar. Então é importante que sejam dadas as condições. Daí uma exigência que acho que tem que colocar para que de fato tenha concurso e para que nós tenhamos pessoal capacitado para que, aos domingos, se retorne a visita da família que vai visitar. Porque existe a visita... um dos dias é da visita íntima. Ou não tem?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - É no mesmo dia da família.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - No mesmo dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Para concluir.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Para concluir, Sr. Nathaniel. É o seguinte: o senhor mostrou aqui tanto no PDF quanto no CIR que há uma diferença. Quer dizer, o que se gasta com custo por funcionários, impostos de vigilância no PDF dá quase 2 vezes aquilo que se gasta no CIR. Quer dizer, daria para você ter maior número de funcionários no modelo PDF do que nesse modelo do CIR. Eu queria saber como é que se dá isso aí. Se esse modelo do PDF é um modelo que daria condições de ter um número de servidores que pudessem ser distribuídos para também outros setores do Distrito Federal.

Eu queria saber o seguinte: estive lá no sistema, lá no presídio feminino onde também lá estavam os doentes mentais. E é o seguinte: um pátio que tem lá não tem lazer nenhum, não tem esporte nenhum. Têm aquele que a gente vê que é o doido varrido mesmo e aquele outro que é mais difícil identificar o seu desvio de personalidade. Mas estão todos no mesmo espaço. Há pessoas que têm problemas de esquizofrenia, há pessoas que têm psicopatias e outras, e ficam tudo misturado lá. As celas também que vimos lá que são celas que onde pessoal não fica ali,



porque ficam mais no pátio, parece que o tempo todo. O pátio parece ser a morada. E lá eles vão para dormir quando ficam lá.

Pergunto o seguinte: isso acontece também com o setor de seguro onde vão aqueles presos que ficam mais para... os presos que tiveram problemas de disciplina que são colocados lá na segurança. Esse setor seguro é esse espaço ou é outro espaço? E os presos que cometem disciplinas e que vão para o regime diferenciado, esse espaço como é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputada Cida Diogo.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Bem, eu queria primeiro era dizer que por algumas falas que observei, está faltando nessa mesa um representante da FUNAP. Acho que para discutir a questão dos presos na escola, no trabalho, teríamos que talvez aí pensar em convidar a FUNAP também para prestar depoimento, porque parece que é ela que gerencia todo esse processo de preso que está estudando, que está trabalhando. A questão de terceirização de serviços dentro do presídio é a FUNAP que também é responsável. Então, é só uma sugestão aí para o Presidente e para o Relator, de pensarmos uma forma de trazermos a FUNAP para esse debate.

Segundo, houve a informação de que no Entorno do DF — o Dr. Anderson passou — tem delegacias com carceragens, que ele chegou a visitar. Dentro do DF isso não existe?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não. Não, senhora.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Então, qualquer preso aqui...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Qualquer preso, ele vai para aquela carceragem central da Polícia Civil. Fica ali no máximo uma semana. Aí, vai para o sistema penitenciário.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Eu queria também que aí anotasse e depois respondesse, para dar tempo, a questão das operações especiais, que o Dr. Luiz Mauro é responsável. Vocês colocaram que vocês capacitam os agentes. Essa capacitação é para os agentes penitenciários do sistema como um todo ou existe uma equipe específica que é treinada para, em momentos de rebelião, entrar em circulação, ou é para todo o setor?



**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - É para todos os setores, depende da necessidade do setor. Por exemplo, o agente vai ser treinado, que trabalha diretamente ligado com o interno, nos procedimentos. Ou seja, no recolhimento, como recolher com segurança, como soltar com segurança, como observar com segurança, como tomar algumas atitudes. Essas atitudes simples, ou seja, essas crises que começam. Uma briga, ela pode ser evitada antes, desde que o sistema tenha um procedimento. Então, os agentes, dependendo da necessidade, são treinados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só queria informar aos nossos convidados. Vamos fazer um bloco de perguntas. Vocês vão anotar e depois vão responder em bloco, de acordo com as perguntas. Não precisa nem ser de acordo com o Parlamentar; de acordo com o conteúdo da pergunta.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Então, dentro desse treinamento, que a gente observou, é um treinamento para contenção, mais essa coisa... No processo de treinamento existe também a preocupação dessa questão do agente ser treinado também para ter uma relação mais humana com o preso? Como é que se dá isso? É dentro da própria..., essa direção de operações especiais? Existe um outro setor que é voltado para isso? Como que se dá essa questão do treinamento e capacitação? Acho que era importante discorrer sobre isso.

O Dr. Nathaniel coloca a diferença, de que vocês trabalham aqui com cerca de 1.548 presos. Não é isso? Só que a orientação do DEPEN é de no máximo 800. De 600 a 800. Por que essa diferença? Você defende que haja esse maior número? Haveria condição técnica, operacional de garantir com que pudesse ser dada a assistência necessária? Por que essa divergência com o DEPEN? Se houver isso, com o que, de repente, a CPI pode contribuir para trabalhar nessa nova concepção, se a CPI se convencer disso diante da fundamentação que o Dr. Nathaniel puder dar.

A questão do Judiciário, que para mim é uma questão gravíssima. O Relator Domingos Dutra colocou claro. Acho que só ampliar o número. A CPI contribuiu, como o Dr. Anderson colocou, para já conseguir um aumento no número de defensores, mas, pelo que percebo, isso por si só não é suficiente. Está aí a perspectiva de até o final do ano ter um número maior de defensores. Mas pelo que



eu entendo também não vai ser suficiente. Que outras alternativas poderiam ser desenvolvidas para garantir a esse presidiário, a essas presidiárias o acesso à assessoria jurídica, para que pudessem, de fato, ter o mínimo de garantia de acompanhamento do seu processo, de ter dentro da sua pena a regressão que for necessária ou o que for?

Observei lá na visita que fizemos ao presídio feminino que tem aquela área psiquiátrica, por exemplo, que não tem um psiquiatra. Como é que você tem uma ala só com doente mental onde você não tem um técnico que conheça a questão para dar acompanhamento? Isso é uma coisa que se em algum momento foi anunciado para a imprensa que é exemplo, o que eu visitei — não visitei o presídio masculino, só o feminino —, ali, para mim, está muito claro. O setor médico, ficou claro. Lá não tem enfermeiro para prestar assistência. O clínico acaba sendo tudo ali, dá plantão e resolve desde o problema psiquiátrico ao problema de assistência ginecológica ou o que for necessário. Ele acaba tendo que se virar e resolver isso. Então, é uma questão, para mim, muito séria. Até por ser da área de saúde, acho que temos que ter uma atenção. E o que está previsto para resolver essa questão? Foi anunciada a construção de um hospital penitenciário. O que está previsto de fato? Existe programação de contratação de pessoal específico?

Por último, colocar aí como uma proposta para o Dr. Anderson pensar junto com o Governo do DF. Se haveria a possibilidade de... Como o presídio feminino trabalha com um número bastante limitado, bastante pequeno de mulheres encarceradas — 370 —, se teríamos condição de trabalharmos, a CPI apontar e o Governo do DF assumir como tarefa, a possibilidade de trabalharmos um sistema em mutirão, onde pudessemos desenvolver desde ações junto ao Executivo, ao Judiciário. E, se for o caso, o próprio Legislativo apontar algumas iniciativas de lei que pudessem viabilizar a redução dessa população encarcerada feminina. Nós buscássemos uma meta de reduzir pelo menos à metade o número de mulheres, dentro de ações que fossem casadas e somadas, envolvendo os órgãos responsáveis, para que pudessemos trabalhar em mutirão na perspectiva da redução dessa população encarcerada feminina. Se haveria possibilidade para isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Obrigado, Deputada Cida Diogo.



Concedo a palavra agora ao Deputado Luiz Carlos Busato.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Eu estava fazendo um cálculo aqui, Presidente. Eu recebi uma planilha, lá no presídio, do perfil do preso do Distrito Federal. Aqui diz que, entre analfabetos, presos com Ensino Fundamental incompleto, completo, etc. e tal, ou seja, sem Ensino Fundamental, são 81,56% dos presos — 81,56% dos presos! E com o Ensino Médio são 16,55%. Isso demonstra que o grande problema que temos no Brasil não é nos presídios, é na educação no País.

Eu faria algumas perguntas no seguinte sentido. O agente Mauro... Tenho aqui um levantamento de que no Paraná, São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, nos últimos 5 anos, morreram 110 agentes. Eu vou focar mais na questão do agente, na segurança do agente. Isso, o senhor acha, é evidente que o senhor não trabalha nesses Estados, mas o senhor acha que é devido à arquitetura dos presídios ou a outros problemas? Então, essa é uma pergunta que eu deixaria para o senhor.

Se o senhor é contra a privatização e por quê? Ou se é total à privatização, contra toda a privatização no presídio ou alguns setores do presídio que podem ser privatizados.

Ao Dr. Anderson. Na questão do trabalho dentro do presídio, quais os tipos de trabalho que o preso pode levar para a sua vida futura? Não adianta nada o preso fazer bolas de futebol, porque... A não ser que a Penalty contrate todos eles, senão não adianta, não resolve nada. E se é feita uma classificação do tipo de pena do preso. Ou seja, aquele que é crime bárbaro está junto com o camarada que fez furto, etc. e tal.

Dr. Nathaniel, engenheiro Nathaniel, nosso colega, o Dr. Roberto Porto, que esteve aqui na CPI, Promotor de Justiça de São Paulo, fez um levantamento de que nós precisamos de 130 presídios no Brasil. Esse é o déficit dos presídios. A um custo de 2,5 bilhões. Concordo com o Presidente Neucimar que não é um valor tão exagerado assim, 2,5 bilhões de reais, para construir 130 presídios. Eu acho que resolveria. Esse levantamento, talvez o senhor não saiba que o Dr. Roberto tem, é dentro do padrão de presídios que o senhor tem projetado. Eu perguntaria também o seguinte. Que equipamentos no presídio do DF o senhor colocaria ali, além do que já tem? Equipamentos eletrônicos, enfim, equipamentos de controle, o senhor



sugeriria para o presídio do DF, que seria, então, o modelo dos modelos, digamos assim. E se esse presídio, que está sendo construído não sei onde — está sendo construído um presídio agora para 500 ou 400 presos, uma coisa assim —, ele segue o padrão. Nós comentamos lá no presídio que está sendo construído um presídio não sei onde por aqui, em Brasília ou na região.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Isso. Se ele está dentro do padrão, esse convencionado? E pelo que eu soube — e aí eu gostaria que o Dr. Nathaniel nos desse esse dado — o presídio ideal, o modelo de números de presidiários ideais, ele se concentra na faixa de 1.500 presos para que um presídio tenha um custo-benefício ideal. Não adianta fazermos um presídio muito pequeno, com poucos presos: o custo de administração é muito alto. Então, o modelo ideal, que nós conversamos, é em torno de 1.500 presos. Se esse presídio que está sendo construído está dentro dessa meta aí. Era isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado Felipe Bornier.

**O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER** - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, primeiramente, queria cumprimentar todos os expoentes que nos receberam na semana passada no presídio, nos ajudando lá a ter uma percepção diferente realmente do problema.

Mas como os Deputados já tiveram oportunidade de falar — nosso Relator fez diversas perguntas, eu estou aqui com uma série de perguntas e não vou ser repetitivo —, queria apenas dar uma sugestão para esta Comissão. Em primeiro lugar, sugerindo ao Relator que todas essas visitas que sejam feitas nessas penitenciárias sejam acompanhadas realmente por advogados, porque o que se vê nessas penitenciárias, na verdade, são os presos reclamando de assessoria jurídica. Nessas nossas oitivas que tivemos lá, todos os presos com os quais tivemos contato, todos eles, 100%, reclamaram dessa assistência, ou melhor, nunca tiveram essa assistência. Eu acho que é um ponto que... Se levantamos aqui a Papuda, um dos exemplos, como muitos dizem ou convertem em relação a isso, imaginem os demais. Eu fico imaginando no meu Estado, no Rio de Janeiro, como é que isso vem sendo enfrentado de uma maneira muito desagradável. Estamos aí realmente para



combater. Então, dar essa sugestão para que em todas essas visitas... Se possível, começar nesta quinta-feira, realmente tenhamos advogados e que num prazo determinado, que seja um prazo de 30 dias, por exemplo, que eles possam, realmente, passar um relatório das condições daquela penitenciária. Isso, em todas essas que vamos visitar.

Tenho uma série de perguntas. O Deputado Luiz Couto aqui falou em um tema que eu vejo como de suma importância, que é a relação da família com o preso. Então, gostaria de também colocar em relação... Essas visitas vêm sendo feitas durante a semana. Por que elas não são feitas aos finais de semana? Justamente porque durante a semana os filhos estão nas escolas, as esposas estão trabalhando, os amigos estão trabalhando. Ou seja, o que acontece? É que, na verdade, os presos acabam sendo esquecidos pelas pessoas mais próximas. Então, como estamos falando aqui em termos de ressocialização, acho que dar esse conselho para a penitenciária e para o Distrito Federal, que tem o maior custo com um preso. Falar em 1.500 reais um custo de preso é um custo muito abusivo em relação aos demais Estados. Tem que dar esse exemplo em relação à ressocialização e principalmente esse carinho afetivo com a família.

Desde já quero me colocar à disposição. Quinta-feira vamos ter muito trabalho pela frente e mais uma oportunidade de fazer esse comparativo com as demais regiões. Espero ansiosamente a visita ao meu Estado, o Rio de Janeiro, porque tenho certeza que lá, sim, vamos encontrar trabalhos — não é, Cida? — muito maiores do que os que estão sendo demonstrado aqui no Distrito Federal.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra a Deputada Jusmari Oliveira.

**A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, quero aqui manifestar também nosso agradecimento ao Dr. Anderson, ao Dr. Mauro, ao Dr. Nathaniel, pela receptividade que tivemos na visita do presídio feminino. Foi muito importante para a gente tomar conhecimento. Eu até brinquei lá, viu Neucimar, que vimos muitas coisas a serem feitas, mas o meu Brasil lá que você conheceu não se compara ao que vimos ali. Quem dera lá na



Bahia nós tivéssemos uma situação pelo menos parecida. De qualquer forma, acho que o objetivo desta CPI é buscar o melhor possível, se não a perfeição.

Gostaria de colocar aqui que a exposição principalmente do Dr. Nathaniel é racional, é muito inteligente inclusive, e muito humana, no sentido de conceber essa idéia de que se espelha nos erros do passado para melhorar o presente, para garantir um futuro. É muito importante que a gente tenha conhecimento que temos funcionários públicos que pensem assim, que raciocinem assim. O que sempre me levou a entender que as misérias, as mazelas que temos no nosso sistema carcerário são exatamente pela falta de pensamentos como esse no passado. O meu entender, de tudo o que conheço do sistema penitenciário brasileiro, da Polícia Civil, da Polícia Militar, de toda estrutura de segurança do nosso País, é que havia uma confusão entre você deter uma pessoa para ressocializá-la, reintegrá-la na comunidade, com a de um funcionário, do agente, do delegado. Que no meu Estado tem 5 anos que os delegados passaram a ser concursados e a ter uma formação acadêmica, porque até há 5 anos eram os chamados calças-curtas. Portanto, eles nem podiam ter entendimento de quem é que eles estavam detendo. Então, muito por questão dessa ignorância, da questão dos direitos humanos, da consideração, de que todos somos iguais, que somos seres humanos e às vezes erramos, mas o objetivo da detenção é ressocialização, confundia que ali estava se recebendo um animal para execução. Era assim que a gente via. Daí, entendo que veio todo um sistema penitenciário, carcerário decadente, caótico, ultrapassado, que é o que temos no nosso País.

Então, que bom que o senhor pensa assim, e espero que todo o Governo Federal e os Governos Estaduais tenham pessoas pensando assim.

As minhas perguntas vão no sentido de algumas coisas. Eu vi lá no sistema feminino a questão da saúde, que a Cida colocou. Ouvimos, inclusive, algumas mulheres que denunciaram algumas coisas. Como disse o Deputado Domingos, a gente tem que ter muita cautela em saber. Ali também muitas pessoas podem se aproveitar da nossa visita. Eu queria saber em todo o sistema, Dr. Anderson, quantos aidéticos tem o Distrito Federal?

Outra coisa que eu gostaria de saber, porque o Domingos disse que ia deixar essas perguntas para as mulheres... Então, eu gostaria de saber o seguinte. A gente



tem conhecimento que nos presídios masculinos existe o parlatório. Como funciona esse parlatório? A gente sabe que o homem que é colocado lá, que não tem a sua esposa, que não pode ter contato com a sua namorada, com a sua esposa, os amigos, os familiares contratam mulheres profissionais, prostitutas, para ir satisfazê-los. Essas visitas, esse contato, é com cuidado, com apresentação de exame? Essas mulheres que adentram lá, elas podem estar transmitindo algum tipo de doença para a população carcerária? Essa é uma pergunta.

A outra, que vimos lá no presídio feminino. A maioria das mulheres disseram o seguinte: não temos visita íntima. Por quê? Porque não temos. Não tenho namorado, a outra ... Mas a grande maioria disse o seguinte: porque o meu esposo está no outro presídio. E aí, como é que dá o relacionamento da esposa num presídio e o esposo na outra? O esposo recebe a prostituta e a esposa recebe o prostituto? Como é que é isso? Essa é uma pergunta e um questionamento e, talvez, até uma reflexão para os senhores.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA** - Uma vez por ano. Mas e o resto do ano, Cida? Será que para o marido há o direito do contato com outra, do adultério, e para a mulher, não? Então, eu acho que é uma reflexão.

A outra, mais do que uma pergunta, é uma sugestão. O Deputado Domingos colocou. Nós vimos ali que os presídios — pelo menos o que eu vi, o do Distrito Federal — têm uma área muito grande que pode ser aproveitada. A sugestão é no sentido de a Secretaria de Justiça, não sei qual é a Secretaria aqui do Distrito Federal, o nome específico, uma colaboração com a Secretaria de Agricultura para com os técnicos da Secretaria da Agricultura... Aqui, no Distrito Federal, vocês têm a sede da EMBRAPA, que tem inúmeros profissionais muito capacitados que podem estar ajudando-os a conduzir um projeto de produção para a ocupação desses presos, que, na sua grande maioria, é um entendimento meu, devem ter saído de uma comunidade rural e vindo para o centro buscar um ganho de vida e, aí, tiveram que cair na marginalidade por conta da dificuldade de adquirir o trabalho. Então, é importante, dentro do que o Deputado colocou aqui, que eles tenham um trabalho que os capacite para o seu retorno ao seu hábitat natural, à sua comunidade, à sua sociedade. Eu acho que não seria uma coisa difícil de estar sendo efetivada. E a



produção também, claro, baratearia o custo do consumo na questão da alimentação no presídio.

Uma outra colocação é a de que 67% da população carcerária não terminou o ensino fundamental, e 5, 6, 7% são analfabetos. Nós colocamos o seguinte: a gente vê que o CPP... Por que o CCP tem 75% dos seus detentos sendo ocupados com trabalho, com educação, e os demais ficam nessa faixa aí de 20 e tal? É porque é uma questão especial? Eu gostaria de saber isso.

Outra questão é a seguinte. Nós vimos também lá no presídio feminino algumas detentas dizerem que procuram a escola e não tem vaga. É dito a elas que não tem vaga. Então, nós também não podemos pensar que uma pessoa, por estar presa, tem que parar a sua vida. É preciso ter a alfabetização, mas especialmente a continuidade do ensino fundamental.

É exatamente este nosso entendimento: quando o ser humano chega naquele momento da sua vida e não consegue terminar o ensino fundamental, não adentra no ensino médio, portanto, não adquire uma profissionalização, a ele só resta a marginalidade, porque ele não é incluído no mercado de trabalho com a formação que ele consegue ter. Ele tem que sair para trabalhar, para alimentar a família. Ele não consegue trabalhar, cai na marginalidade.

Falei do trabalho, da educação. A outra questão que eu queria colocar aqui, que eu acho importante demais e queria fazer esta pergunta. Falando sobre a exposição do Dr. Nathaniel e sobre o pensamento que, durante anos e anos, provavelmente — eu não posso dizer, assim, com prova — os funcionários, de diretor a agente penitenciário, tiveram essa idéia de que aquele detento que eles estão recebendo é, sim, Deputado Neucimar, para execução da pena de morte. Porque se você não pensa em educá-lo, se você não pensa em capacitá-lo, se você não pensa em lhe dar um tratamento como ser humano que incorreu no erro, mas que tem que buscar a correção, você está recebendo ele para matar. Se não matar fisicamente, ele sai de lá morto psicologicamente e espiritualmente, muitas vezes.

Então, eu gostaria de perguntar: quais são os programas de capacitação e de formação desse agente, desse policial, desse funcionário penitenciário, seja qual for a função dele, depois do concurso público? Porque, no concurso público, ele tem que provar o seu grau de conhecimento para passar. Mas, depois que ele passa a



integrar o sistema, quais os programas de capacitação? Existe algum programa de humanização para esse funcionário, para ele entender que o que ele está recebendo ali, sob sua custódia, é um ser humano que precisa voltar à sociedade? Existe algum programa nesse sentido? Essa é a minha pergunta.

Outra questão, e quero reforçar aqui a colocação da Deputada Cida Diogo, é a necessidade de nós termos aqui a FUNAP. Porque, dos presídios que eu conheço, parece-me que o trabalho dentro do presídio é muito bom para a empresa, mas para o preso, não sei. Pode, momentaneamente, ser melhor do que ele não ter nada estar trabalhando. Mente ocupada, como disse o Deputado Luiz, é melhor do que mente oca, que é oficina do diabo. Eu concordo com isso. Mas depois que ele sai dali... Por exemplo, aquela detenta que estava fazendo os sacos de lixo, quando ela sair dali, a empresa tem o compromisso de admiti-la na sua fábrica aqui fora ou não? Ela simplesmente vai sair dali, ela sabe fazer saco, mas não vai mais achar emprego numa fábrica de saco de lixo. Então, eu acho muito oportuna a colocação do Deputado de que os trabalhos a serem realizados dentro do presídio venham no sentido de algo que eles possam, quando saírem dali, ser incluídos lá fora também.

Então, eram essas as minhas colocações. Eu espero que depois, se não puder ser hoje, e que também fique para a reflexão dos senhores, que procurem, no dia-a-dia, estar melhorando essa questão.

As outras questões já foram colocadas pelos Deputados e concordo com todas. Agradeço a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Muito bem.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, só aproveitando o final da fala da Deputada Jusmari...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Pois não, Relator.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - ... peço que o Dr. Anderson nos explique melhor o trabalho da Brasplásticos, que trabalha na penitenciária feminina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Está bom.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Inclusive, mandando para nós o contrato. Foram feitas algumas perguntas: qual o custo que a empresa tem com luz etc.; qual é o valor de venda dos produtos feitos lá dentro. A Lei de Execução Penal diz que o detento não pode perceber menos do que 70% do mínimo, mas não proíbe



que possa ganhar o salário mínimo. Que pudesse também explicar qual é o ganho que cada detenta tem dessa empresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Está bem.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Só para completar essa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Pois não, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Acho que a FUNAP tem informação mais precisa sobre isso. Acho que nós deveríamos encaminhar, além da resposta que pudesse ser dada aqui — e provavelmente vai-se dar alguma resposta —, um requerimento formal de informação à FUNAP...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Acho que nós podíamos convidar...

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Ou convidar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - ...a FUNAP para vir aqui.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Acho que seria muito proveitoso para nós todos.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Porque ela tem dados mais precisos e reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Exatamente. Acho que seria uma sugestão ótima.

Bom, passo a palavra agora ao Deputado William Woo para suas considerações.

**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - Sr. Presidente Luiz Carlos Busato, membros da Mesa, na pessoa do Dr. Anderson, queria agradecer a recepção que tivemos nas 2 visitas, por todo apoio, pelo café da manhã, que estava muito bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Muito bom.

**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - Obrigado pelo apoio.

Mas nós, que atuamos na área de segurança, sabemos que, de certa forma...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Foi eficiente lá.

**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - Foi muito eficiente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Deputado, o senhor reclamou que não tinha tomado café; chegou lá e tinha um café pronto já. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - Mas uma das questões que quem trabalha na segurança percebe é que o sistema penitenciário é quase como enxugar gelo. Infelizmente, o crescimento anual do número de presos assusta a todos nós.

Em São Paulo, eu li a notícia do lançamento de 44 novos presídios — isso deve dar a capacidade de presídios em 3 ou 4 Estados pequenos — a serem construídos nos próximos 2 anos e meio para suprir um crescimento anual, do que entre e sai, de 6 mil pessoas, ou seja, um presídio com 800 pessoas. Seria um presídio e meio por mês só para manter a superlotação hoje. O que eu vi no Distrito Federal, acho uma superlotação aceitável pelos padrões que temos no País.

Se começarmos com muita demagogia, temos que determinar, no Plano Plurianual, onde queremos gastar o nosso dinheiro. Quero deixar bem claro, o custo do homem preso, e talvez aqui em Brasília seja mais alto, o aumento do custo do preso... Quando falo que o preso federal custa 15 mil reais é porque lá tem 2 agentes para 1 preso, então se considera os 2 salários, o que já dá mais de 10 mil por preso, e cai muito o custo do aumento na mão-de-obra. Mas eu só vejo mão-de-obra capacitada onde eles ganham bem. Onde ganham mal, não dá para se exigir.

Se considerarmos um custo médio que dê, realmente, para ressocializar, porque se já não conseguiu a própria sociedade educar durante o seu crescimento, que seria mais fácil dar os seus valores morais... Se considerarmos um custo médio, com um belo programa de ressocialização, de 3 mil por preso, isso representaria um gasto, no Brasil, de 1 bilhão por mês.

Se a escolha que a sociedade quer ou não, ou se investirmos, realmente, na educação e tampar o buraco da forma que dá, até que um dia o número de pessoas que sai no sistema seja maior que o daquelas que entram, porque, senão, não vamos chegar... Como disse o Presidente, 82% quase não teve direito ao ensino fundamental, não é verdade? Tudo o que se coloca de propósito, o que é ótimo, concordo com todos os colegas, tem custo, e o custo é alto para cuidar do preso.

Aqui em Brasília, e queria parabenizar, o que eu levo de muito positivo, primeiro, é o comando que vocês têm perante o preso. A disciplina e a hierarquia são importantes para o crescimento em sociedade, onde há regras, mesmo para



quem não está preso. Tem que ter regra dentro de casa e regra na sociedade. Queria parabenizar a idéia da roupa clara e da falta de bijuterias, a proibição. Sou a favor da obrigação de ter um uniforme, padrão no País ou não, mas que seja obrigação do Estado dar uniforme.

Gostaria de ouvir a opinião de vocês sobre a visita íntima semanal, por mais que, quem está lá para ser punido...

O que você acha hoje das nossas penas? Quando eu cheguei aqui, como policial, a minha intenção era dobrar todas as penas existentes, até que eu e Carlos Sampaio, participando de uma reunião com José Eduardo Cardozo... Não tivemos acesso a esse estudo, mas nos Estados Unidos, onde diminuíram a pena, o retorno à criminalidade foi menor, porque chega um momento... Se a pena foi criada para puni-lo, eu acho que, depois de um tempo, ele se acostuma e não está sendo mais punido; ele fica num mundo... Se, realmente, toda a vez que a gente chega aqui, matou um garoto, vamos pôr 30 anos... Se temos um sistema que a gente não consegue recuperá-lo... Claro, não temos dinheiro. Temos que gastar na educação, há criança sem escola. Se, realmente, aumentar a pena, é maior, ou manter a visita íntima, se não está tirando a punição... Como manter uma cantina. Pode ser que ela ajude no controle dos ânimos do preso na rebelião, mas, também, diminui o poder de punição. Ele voltar à sociedade, num crime mais leve, que ele permaneça um ano e meio, que ele sinta realmente punido e volte a trabalhar por esforço próprio — o que a sociedade não dá condições; somos preconceituosos, não damos emprego para ex-penitenciário. Numa sociedade que ainda falta emprego, qual a sua idéia... É uma questão pessoal, queria ouvir de vocês que trabalham na área.

Queria ouvir do DIPOE, do Luiz Mauro... Sabe que vão votar esta semana projeto sobre a polícia penitenciária.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - A PEC 308.

**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - É. Não em termos pessoais do Mauro; queria que ele falasse como profissional fora da Polícia Civil de Brasília — porque ele é um policial civil para mim — se é necessário criar mais uma polícia, e que essa polícia tem que ter regras próprias e qual a condição principal para essa polícia; ação de polícia em que clareza principal.



Gostaria de perguntar ao Dr. Nathaniel sobre a falta de circuito fechado de TV e áudio, um projeto que eu gostei muito.

Parabenizo principalmente pelas grades de concreto, que eu vi que é muito mais fácil a percepção, e grade de ferro só batendo, e bater todas as grades... Eu passei um ano da minha vida batendo grade, é uma loucura, que você não bate todos os ferros; a percepção é difícil e se encerra muito rápido.

Mas eu queria saber se a falta de circuito fechado, que eu vi, é uma questão arquitetônica ou diminuição de custo.

Qual foi o custo por vaga do PDF1 e PDF2, que são os modelos que vimos na construção, não os que estão lá hoje. Se foram construídos para 800 presos, hoje tem mil e pouco, mas 800, qual é o custo que sairia por vaga?

Gostaria, para encerrar, Presidente, na questão da FUNAP...

E eu queria pedir ao nosso Relator, se pudesse, que pedisse o áudio, porque não estamos conseguindo acompanhar todas as audiências. Às vezes temos Comissão, às vezes atraso no avião. Eu vi que tinha um tribunal lá, mas não ia pedir ressarcimento pelo atraso do avião de hoje. Mas se pudesse ouvir o áudio, poderia acompanhar mais fácil durante o vôo. Até agora, que vamos para São Paulo, vamos ouvindo as outras audiências públicas.

Eu ouvi o Relator, Domingos Dutra, e o Presidente, que quando eu estava vindo, o Dr. Anderson respondeu que... Eu adorei o trabalho da FUNAP, mas lá, eu acho que vimos 1% tendo atividade. Tinha 40 pessoas com semblante diferente; dá vontade de abraçá-las, perguntar da vida pessoal. É diferente de quem a gente pegou detido, sem nenhuma ação. Aí você respondeu, salvo engano — estava ouvindo no carro, vindo para cá — que vocês não podem fazer o trabalho, somente a FUNAP. Essa legislação é do Distrito Federal, é federal? Você acha que essa legislação é boa ou ruim? Se só a FUNAP pode fazer esse trabalho, será que, a exemplo do dinheiro das custas processuais, que ia para o FUNPEN e que se perdeu, não podemos brigar para que a FUNAP tenha um fundo próprio e fazer uma administração, já que é função dela? Como funciona em outros Estados?

Seria isso, Presidente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Muito obrigado, Deputado William Woo.



Vamos passar agora ao Deputado Talmir Rodrigues.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Boa-tarde. Gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Nathaniel ligada a construção dos presídios em relação às normas da ABNT para as pessoas com deficiência; a experiência que ele tem no acompanhamento justamente pensando na arquitetura, nas barreiras arquitetônicas para as pessoas com deficiência, quer sejam físicas, mentais, visuais, auditivas, orgânicas, múltiplas, e se os agentes são capacitados, passam por reciclagem, para cuidar desses presos que são considerados especiais, pessoas com deficiência.

No sentido da saúde, para o Dr. Anderson, em relação a gravidez, parto e cuidados do recém-nascido da mulher na prisão. Como é se dá em relação a esses cuidados do recém-nascido de uma mulher que deu à luz no sistema penitenciário.?

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Obrigado, Deputado Talmir.

Deputado Carlos Sampaio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente, apenas duas colocações bastante breves. A primeira, com relação à afirmação feita pelo Dr. Anderson de que o maior problema é, justamente, a inserção do egresso no mercado de trabalho.

Eu fiz uma sugestão a outros palestrantes desta CPI, se não seria mais interessante, ao invés de ofertar o trabalho dentro da unidade prisional, permitir-se convênios com o SESC, com o SESI e SENAI, enfim, para garantir justamente a educação a fim de que eles tivessem uma formação quando deixassem o sistema prisional. Se há alguma atividade semelhante no Distrito Federal e com quem é firmado esse convênio.

Segundo, é até uma preocupação relativa ao que disse a Deputada Jusmari, ou seja, o fato de permitir-se que adentrem aos presídios pessoas contratadas, ou prostitutas, para que possam, efetivamente, saciar o desejo daqueles que estão presos. Isso é previsto no Código Penal como incentivo à prostituição, como rufianismo. Então, se efetivamente existe isso em algum sistema prisional, nós estamos falando de sistemas prisionais onde temos co-autores do crime de



rufianismo, se não autores mesmo. Fiquei muito preocupado com essa colocação, e queria ouvi-lo sobre isso.

São só essas 2 colocações. No mais, eu acho que todos os colegas já fizeram as ponderações que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Muito obrigado, Deputado Carlos Sampaio.

Deputado Xerez.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Bom-dia, Presidente; bom-dia, senhoras e senhores. Nós estamos, certamente, nos referindo à visita que fizemos ao complexo da Papuda...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - ... na semana passada.

Eu acabo de sair do avião. Mais uma vez um pequeno atraso de uma hora e meia, o que nos impediu de...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Pequeno.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - ... estar aqui no momento apazado.

Mas é muito oportuna a presença do Dr. Anderson, do agente Mauro e do Dr. Nathaniel, com quem tivemos uma manhã muito proveitosa, enfim. E foi uma experiência... Aliás, em plenário pude homenagear o Governo José Roberto Arruda pela demonstração de eficiência, de boa metodologia, que pudemos constatar durante a visita lá à Papuda, e, sobretudo, com relação à arquitetura prisional.

As informações do Dr. Nathaniel foram, para nós, muito importantes. Nós temos já um parâmetro para novas inspeções e para novas visitas, que foi o que obtivemos lá durante a visita lá na Papupa.

Vou me reservar, neste momento, a não fazer perguntas; apenas essa manifestação de apreço.

Claro que não se encontrou lá um paraíso. V.Sas. mesmo foram os primeiros a dizer que muitas atitudes e muitas atividades, lá no interior da Papuda, ainda são carentes de um efetivo melhor, de melhores condições de trabalho e de recursos. É muito natural que isso assim ocorra. Mas, de qualquer maneira, o resultado que eu pude extrair dessa visita foi muito favorável. Quem dera que nós pudéssemos ter,



em todo o nosso País, sistemas prisionais com o mesmo nível de eficiência, de respeito ao preso, que me parece também fundamental... Parece que V.Sas. fazem prevalecer esse sentimento: o preso tem que ser respeitado também, enquanto cidadão e ser humano.

Enfim, fico por aqui, agradecendo a gentileza da hospitalidade que V.Sas. nos ofereceram na quinta-feira próxima passada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Muito obrigado, Deputado Ayrton Xerez.

Agora, para fazer o arremate final, o Relator, Deputado Domingos Dutra, que vai fazer mais algumas perguntas e, então, passaremos às respostas.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, obrigado pela palavra. Eu estou fazendo essa opção, de tal forma que os expositores possam responder, de uma vez só, num pacote.

Perguntaria ao Dr. Anderson se tem alguma atividade cultural no interior dos presídios. Se não tem, se ele acha isso importante nesse processo de humanização e ressocialização dos presos.

Perguntaria para o senhor quantas escoltas são feitas — se o senhor tem esse dado — tanto para audiências, quanto para atendimento médico.

Há uma sugestão aqui na Comissão, que, ao final nós vamos apreciar, de os réus serem dispensados de comparecerem às audiências de instrução. Há alguns que acham que deveriam ser dispensados do interrogatório. Eu, pelo menos, sou contra, mas sou simpático a que os réus sejam dispensados da instrução. Qual a sua opinião sobre isso, sobre esse ponto?

Queria perguntar para o senhor também sobre... Eu deixei para as duas Deputadas, mas S.Exas. se esqueceram. Nós vimos, na penitenciária feminina, de 10 a 15 crianças de 1, 2 e 3 meses ali presas. Eu pergunto ao senhor: qual a sugestão que tem, se não tem uma sugestão de construir creche. Tem algumas que fizeram apelo dramático para nós, porque, daqui a 1 mês, 1 semana, as crianças vão ter que ir embora. Então, eu perguntaria para o senhor se tem alguma proposta de creche e também qual é a sua opinião — que é uma idéia da Deputada Cida — sobre penas alternativas para as mulheres que estejam com crianças pequenas. Que tipo de crime poderia ser, mas também para não estimular que as pessoas



engravidem só para ter direito à pena alternativa. Mas é uma sugestão para ser apreciada.

Perguntaria ao senhor se é a pastoral carcerária, se são as igrejas, enfim, que tipo de instituição acompanha os presos lá na penitenciária e se tem algum tipo de incidente, de facilitação etc.

Perguntaria ao senhor sobre a visita de juízes e promotores, porque os presos me disseram que não tem. Se eles apenas vão à direção ou se eles têm algum tipo de contato com os presos. Se for só com a direção, parece-me que isso frustra a determinação legal, que obriga que promotor e juízes visitem mensalmente as penitenciárias.

Pergunto ao senhor se os advogados têm algum papel de desvio de conduta dos presídios, levando e trazendo informações etc.

Quero perguntar ao senhor se a Lei de Licitação atrapalha. Já ouvimos que a Lei de Licitação atrapalha, porque às vezes há um problema que custa muito uma solução.

Deixa eu ver outra coisa... É basicamente isso.

E a questão da empresa, vamos convidar a FUNAP e outras instituições que fazem esse trabalho e educação para prestar informações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - O Deputado William quer um aparte?

**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - Presidente, só um aparte.

Esqueci-me de perguntar: Anderson, os senhores que trabalham muito com *software* de visitante e tal, vocês já pensaram em ter um *software* que todo preso chega e os senhores jogam na planilha? É lógico que tem que dar uma lida, mas joga para, daqui a 3 anos, ele terá direito a um terço; daqui a 4 anos ele tem direito a semi-aberta...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Temos.

**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - E qual o resultado disso, se há?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Está bem. Vamos agora às respostas.

Quem fala primeiro, o Dr. Anderson?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Pode ser.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Com a palavra o Dr. Anderson Jorge Damasceno Espíndola, Subsecretário do Sistema Penitenciário do Distrito Federal.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Na realidade são várias. Por um acaso, gostaria que, se eu deixar de responder alguma, me interpelassem, por favor. O Deputado perguntou, e já respondendo até uma pergunta da Deputada também, como é que funciona a prestação de assistência à saúde no sistema penitenciário do DF. Nós temos um convênio com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal que, para cada 500 pessoas encarceradas, recebemos uma equipe multidisciplinar de profissionais médicos. O que é essa equipe? É um médico generalista, um clínico; um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem, um farmacêutico, um odontólogo, um auxiliar de odontologia, um psicólogo, um assistente social. Assim é montada essa equipe. Hoje, pelo número de internos que nós temos no sistema penitenciário, nós teríamos que ter 16 a 17 equipes. Temos 9 equipes atualmente, das quais algumas incompletas. Na realidade, é esse o convênio entre as 2 Secretarias.

O sistema penitenciário não tem um corpo médico próprio — como também não tem o educacional, é um convênio com a Secretaria de Educação — e ficamos dependendo de esse profissional vir da Secretaria de Saúde. Com relação especificamente ao psiquiatra, a informação que nós temos é que, em todo o Distrito Federal, a Secretaria de Saúde do DF tem 62 médicos psiquiatras, e eles não têm condições de nos fornecer esse médico no momento. A informação que temos é que vai haver concurso para médico, está tendo concurso e, assim que for reforçado esse quadro na rede pública, aí teriam como fornecer.

Hoje, nós temos um médico voluntário que faz atendimento por 3 vezes na nossa ala de tratamento psiquiátrico, mas ele é voluntário e está se aposentando. Essa é a nossa situação. Acreditamos que, quando ele aposentar, ele não vá aumentar esse atendimento voluntário, não; vai acabar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - O Dr. Nathaniel não está se aposentando também?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - O Nathaniel também está se aposentando. (*Risos.*) Nossa situação de assistência médica, nos



demais estabelecimentos, temos uma prestação de assistência médica mais eficaz. Lá no presídio feminino, inclusive é até uma pergunta da Deputada, tem um acompanhamento. As presas que estão gestantes ficam num local separado, têm um acompanhamento de pré-natal, mas esse acompanhamento primordial é feito pelo médico clínico. Havendo necessidade, o preso é levado para a rede pública, para o Hospital do Gama, onde tem um médico ginecologista que faz esse acompanhamento.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Doutor, só queria contribuir com o seguinte. Acho que o clínico fazer o pré-natal, esse acompanhamento, não vejo problema algum. A grande questão é que a Secretaria de Saúde tem que saber que, quando existe um sistema de enclausuramento de um grupo de doentes mentais, obrigatoriamente, pela norma técnica do Ministério da Saúde, tem que haver um psiquiatra. Uma coisa é ceder um psiquiatra para fazer atendimento ambulatorial, de consultório; uma coisa é isso, não ter isso para a rede e tudo. Agora, para aquele sistema que tem lá, um grupo de pessoas doentes mentais enclausuradas é como se fosse um hospital psiquiátrico.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Haveria necessidade, sim. Com certeza.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Ou a Secretaria se adapta a isso ou vai dar muito problema ligado à área de saúde pública. Acho que era bom chamar a atenção do Secretário de Saúde do Distrito Federal para isso.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Vou levar esses argumentos ao Secretário de Justiça, para que da próxima vez leve ao Secretário...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Dr. Anderson, quando o DEPEN esteve aqui, revelou que, as informações que são encaminhadas para o DEPEN são de ótima qualidade, de alta qualidade, de média qualidade, de baixa qualidade ou sem qualificação. Pergunto, depois o senhor pode responder, se as informações que o sistema penitenciário do Distrito Federal em qual estaria nessa escala que é encaminhada para o DEPEN?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Se é de ótima... Acredito que estamos em média qualidade. Ótima, de forma alguma, porque ainda precisa realmente melhorar essa assistência médica. Hoje nós temos médicos...



Inclusive, nos dias de visita, esses médicos não prestam atendimento aos internos, só se for uma coisa emergencial, e prestam atendimento aos familiares que estão ali fazendo as visitas. Já respondendo uma outra pergunta, as visitas, no final de semana, com o nosso efetivo hoje, nós não temos efetivamente como fazer essa visita no final de semana. Para os senhores terem uma idéia, nós temos presídios com 2.300 internos, com 25 pessoas ali, policiais, agentes penitenciários fazendo a vigilância, que é a equipe de plantão. Num sábado e domingo, tenho apenas 25 pessoas para resguardar aqueles 2.300. Temos que movimentar, tirar da cela, levar para o pátio, para banho de sol; tem toda uma movimentação, uma rotina carcerária. No dia de semana, não tenho só aqueles 25; tenho de 150 a 200, que é todo o meu efetivo do estabelecimento; é o pessoal de expediente mais o pessoal de plantão. Então, tenho como fazer a revista nesses visitantes.

Como disse, são 5 mil visitantes no sistema penitenciário toda quarta-feira mais 5 mil na quinta-feira. Até para fazer a rotina de entrada desses visitantes demora. Todo mundo tem que, efetivamente, ser revistado para que não adentrem com nenhum objeto proibido no estabelecimento. Então, não tenho. Por exemplo, se for fazer essa visita no final de semana, fica inviável. Não tenho como 25 servidores fazer a revista em 5 mil pessoas e ainda resguardar a segurança do próprio visitante.

Então, sem um aumento efetivo de servidores, não tenho a menor condições de passar essa visita para o sábado e domingo. Essa é justificativa, o porquê de não ser nesses dias. Era importante justamente para o contato com a família, porque isso faz da ressocialização, mas, por enquanto, ainda não temos condições. Aqui no Distrito Federal, o preso provisório fica separado do preso condenado; ele não fica junto. Nós temos um estabelecimento de presos provisórios, que é o Centro de Detenção Provisória, que hoje abriga 2.300 internos. Nosso percentual de jovens, de 18 a 29 anos, é 64% da nossa população carcerária. Com relação ao número de aidéticos, hoje temos 48 internos portadores do HIV do total de 7.670. Outra pergunta que o senhor fez...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dr. Anderson?**

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA - Sim.**



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor podia explicar para nós como é feito o controle? Porque tive contato com aidético lá na Papuda, e ele estava junto com os demais.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Como é que é feito esse controle para evitar que haja um processo de expansão...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Deputado, até para que ele não seja segregado dentro do meio, e não só os aidéticos, mas o homossexuais, não separamos essas pessoas.

**SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Não há problema algum.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Essas pessoas acho que têm que ficar no convívio com os demais, normalmente. Na realidade, é feito um acompanhamento médico, ele toma a medicação dele, mas convive juntamente com os demais internos do sistema.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Somente nas doenças infecto-contagiosas é que tem que haver uma separação.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Dependendo do estado, do tuberculoso...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Não, a pergunta é neste sentido, sobre o remédio, sobre o preservativo...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não, ele recebe... A equipe médica fornece a ele a medicação, normalmente. É prescrita pelo médico, ele recebe a medicação, recebe preservativo. Com relação às visitas íntimas, nós não temos casos de prostituição no sistema penitenciário, de forma alguma. Qualquer visita íntima tem que ser cadastrado o visitante, tem que ser marido ou esposa daquela pessoa. Se não for casado, tem que comprovar a convivência conjugal anterior àquele fato. Não adianta, ele ficou encarcerado e ali, no meio da visita, ele vai arrumar uma namorada, alguma coisa desse tipo. Não vai poder ter a visita íntima. Ele tem que comprovar a união antes de ter sido encarcerado. Para poder ter essa visita, são feitos os exames, são solicitados os exames médicos. É dessa forma que funciona.



**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - Dr. Anderson, na última rebelião, um dos agentes pegou AIDS, que os presos passaram para ele.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - E esse nosso funcionário, que estava exercendo o trabalho digno, ele tem recebido apoio também de remédio e tudo do Estado?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Atualmente, esse funcionário se suicidou, viu, Deputado? Nós tivemos... Na última rebelião, que foi em 2001, tivemos 3 servidores que foram vítimas. Um foi infectado com o vírus HIV e cometeu suicídio.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Dr. Anderson, apenas pela oportunidade, com relação ao convênio que o senhor disse que tem com a Secretaria de Educação, eu estava me referindo à escola técnica.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Então, é nesse sentido.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não...

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Quero saber como ela seria, e a sua explicação...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Na realidade, firmamos um convênio com a Secretaria de Educação...

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Por último, só com relação à sua explicação, eu havia me referido a "rufianismo". É "favorecimento à prostituição" e não "rufianismo". Peguei o Código agora.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Na realidade, existe... Com relação à educação, como eu disse, toda atividade educativa e laborativa é por parte da FUNAP. A FUNAP é encarregada de fazer. Foi uma outra pergunta: isso é bom ou ruim? Do jeito que está a FUNAP, hoje; com a estrutura que a FUNAP tem hoje, é ruim, porque a gente fica amarrado a essa prestação, por falta da FUNAP. O que acontece é que tem a FUNAP e tem que ser incrementada, não só com pessoal mas com recursos. A FUNAP tendo condições plenas de agir, aí, sim, seria excepcional essa atividade. Não tenham dúvida disso.



**O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO** - Se tem que ser abastecido, de onde vem o recurso da FUNAP?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - São recursos do próprio Estado, do Tesouro do Distrito Federal.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Parece que também tem algumas empresas terceirizadas que têm um sistema de...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Tem empresas... Todas as empresas que fazem convênio, a FUNAP...

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - É...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Inclusive, o recurso da FUNAP é recurso do Tesouro do Distrito Federal e mais recursos oriundos de convênios. Temos empresas privadas, como temos a Brasplastic, que é uma das empresas que têm convênio, hoje, com... Recepciona a mão-de-obra das presas no nosso sistema, ele repassa recursos para a FUNAP também. Todos os presos têm aquela remuneração mínima prevista na LEP, que é de 70% do salário mínimo. Além disso, está sendo modificado, tive essa informação...

Como eu disse, essa parte fica mais com a FUNAP, não é conosco. Seria importante, realmente, a participação de um membro da FUNAP aqui. Mas a informação que a gente tem é que esse contrato, inclusive, está sendo revisto para que, agora, a remuneração tenha o mínimo, que seria essa gratificação, essa remuneração de 70%, e mais alguma coisa, alguma gratificação adicional pela produtividade. Quanto mais produz, mais recebe.

Agora, o importante para a gente, o que a gente verifica, doutor, são as atividades. O doutor também perguntou com relação a convênios com o SENAC, SESC... Estamos agora, por intermédio do DEPEN, firmando um convênio com os "esses", como chamam o SENAC, SESI, SESC. É importante frisar, inclusive, numa reunião que nós tivemos, que não adianta um curso, uma formação, um curso de garçom de 40 horas para um preso que vai ficar ainda 5 anos numa penitenciária. Qual a utilidade desse curso para aquela pessoa? Nenhuma. Nenhuma.

Então, tem que ser alguma coisa que, efetivamente, vá garantir alguma atividade laborativa fora do sistema penitenciário, e alguma coisa que tenha como certificá-lo. Como eu disse, não adianta... A fábrica de bolas é muito boa contra a



ociosidade, mas ele não vai ser contratado pela Penalty, nem pela Adidas, nem por ninguém lá fora. Inclusive, temos alguns casos de internos que adquiriram lesões por esforço repetitivo em razão dessa atividade. Então, a gente realmente tem que procurar... E estamos procurando parcerias com empresas que façam a qualificação do pessoal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Dr. Anderson, eu só pediria para nós sermos um pouco mais objetivos, porque nós estamos já às 13h40min e daqui a pouquinho, às 14h, começa a sessão.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Então, vamos lá. O percentual de internos tem aumentado — a outra pergunta que o Deputado fez é se tem diminuído. Não, tem aumentado. Principalmente no final do ano, ocorre um aumento do número de internos. Seguro, outra pergunta que foi feita. O seguro, na realidade, é destinado àqueles internos que apresentam problemas de comportamento com outros internos. Ele corre o risco de vida, pode ter a sua integridade física maculada. Então, ele solicita que vá para o seguro para que não seja agredido por outros internos. E também aqueles internos que praticaram crimes sexuais.

Geralmente, eles solicitam para irem para o seguro porque podem ser vitimizados pelos outros. Esses internos vão para o pátio todos os dias. Normalmente, tem um pátio separado só para eles, da mesma forma que aqueles internos que estão em regime disciplinar diferenciado e no pavilhão de segurança máxima. Esses aí já são internos que têm lideranças negativas.

Na realidade, o problema deles não é com outros internos, mas sim com... Eles vêem a administração do estabelecimento prisional como inimiga. São aqueles que tentam levantes, motins, rebeliões, alguma coisa nesse sentido. Esses internos também têm o pátio separado, têm o banho de sol todo dia, sem problema algum. Com relação ao treinamento dos servidores, qualificação dos servidores, hoje ela é feita pela Academia de Polícia Civil, até porque os servidores são policiais civis também. Existem cursos voltados a direitos humanos, humanização desses servidores, já existem cursos nesse sentido, e agora nós fizemos o projeto de criação da escola penitenciária, que vai ser uma escola de gestão penitenciária, na realidade, que visa a capacitação dos servidores exclusivamente para os servidores



penitenciários. E o treinamento mais específico de técnicas, de intervenção, de escolta, esse treinamento é feito pela DIPOE para todo o sistema penitenciário, apesar de, lá na DIPOE, ter um efetivo específico para esse tipo de intervenção. É importante frisar que, quando a DIPOE faz uma intervenção, quem está lá na frente participa dessa intervenção, que são os servidores do próprio estabelecimento. Quando vai-se fazer uma revista geral, é o próprio servidor do estabelecimento que faz essa revista. A DIPOE apenas dá o suporte mais técnico, alguma coisa nesse sentido, ou até mais de segurança.

Com relação ao acompanhamento jurídico, é o nosso grande calcanhar-de-aquiles, a gente sempre fala. Faltam, realmente, servidores nessa área. Nós temos agora 6 defensores públicos, temos a promessa de conseguir mais 3 ou 4, mas ainda não vai ser o suficiente. O que a gente está vendo como possibilidade é convênios com faculdades, para ver se a gente consegue agora abarcar um maior número possível de profissionais na área jurídica para poder atender esse pessoal. A gente tem idéia também de fazer alguns mutirões. Mas mutirão é uma coisa bem pontual: você faz ali, naquele momento, mas não é uma coisa permanente. O ideal é que nós tivéssemos uma assistência jurídica contínua. Com relação à população feminina encarcerada, ótima idéia. Vamos levar à frente para tentar reduzir essa população carcerária. Algum mutirão jurídico, alguma coisa nesse sentido, especificamente para essa população feminina. E com relação a medida, outras medidas, apenas medidas alternativas para essa população, eu acho que aí vai realmente passar pela atividade dos senhores, como legisladores. Pelo Judiciário, não vai querer... Por exemplo, uma pessoa que cometeu um crime de tráfico de drogas, muito dificilmente vai receber alguma medida nesse sentido. Vai acabar tendo que seguir a lei mesmo e o encarceramento.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Dr. Anderson, ainda voltando à questão do jurídico, pegando a proposta da Deputada Cida, não daria para o sistema, junto ao Governo do GDF, fazer um mutirão para saber a situação dos que estão hoje, de tal forma que aqueles que forem entrando já tenham a metodologia de evitar essa falta de assistência... Porque é um número razoável de presos. Pelo tempo que nós passamos e pela quantidade de presos que nos procurou dizendo que não sabem nada do processo, isso é muito grave. Eu acho que isso pode se



reverter em benefício para o sistema: diminuir a superlotação, diminuir custo. Talvez, e fica a sugestão aqui, porque acho que a Comissão vai sugerir, de o Governo fazer um mutirão; chamar o Ministério Público, a OAB, a própria Defensoria, a assessoria jurídica do sistema para pelo menos tentar passar um pente fino na situação atual. Porque há um clamor, e nós vamos mandar para o senhor, mais ou menos, uns 15 casos que nós pegamos, assim, rápido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Quase 100% dos casos...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Pois é. Fica a sugestão desse mutirão.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Eu faço questão de fazer essas consultas e retornar para o senhor. Eu vou falar como uma pessoa que vivencia aquilo. De 10 presos que me param pedindo informações, falando que têm direitos, os 10 não têm direitos, ainda, a serem atendidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - A gente sabe que o preso faz isso.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Eu estou sendo bem sincero com o senhor. Quando tem algum, ali, naquela situação, é a coisa mais rara do mundo. Como o senhor disse, nós temos um sistema informatizado, pelo qual a gente já acompanha quando aquela pessoa passaria a ter o direito à progressão, ao benefício, e automaticamente a gente já faz esse relatório carcerário e encaminha para o Judiciário. Então, a gente não tem conhecimento de presos que estariam... Mas vamos fazer essa pesquisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Está bem.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Eu espero que alguns desses 15 realmente tenham algum direito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Mais algum caso, Dr. Anderson? Se não, eu vou passar para o agente Mauro. Pode ser o próximo?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Visita íntima... Ah, a questão da cultura, que o senhor perguntou. Hoje nós temos uma oficina de artes cênicas no sistema penitenciário; temos oficina de música, também. Inclusive, tem até um Deputado Federal que fez um *show* lá no sistema penitenciário, no presídio



feminino, é um músico. Fez um *show* no sistema penitenciário com músicos do sistema penitenciário. Apenas o cantor...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Está bem... Agente Mauro...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Com relação às escoltas, foi a outra pergunta que foi feita.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Sim. A última pergunta, então, para nós podermos...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Nós fazemos uma média de 130 escoltas por dia no sistema penitenciário do DF. Essas escoltas são todas feitas, integralmente feitas pelos agentes penitenciários da Divisão Penitenciária de Operações Especiais e, no caso do feminino, pelo Presídio Feminino do Distrito Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - O.k. Muito obrigado, Dr. Anderson.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Vou passar a palavra agora ao Dr. Luiz Mauro de Albuquerque, Diretor de Operações Especiais do Sistema Penitenciário do Distrito Federal.

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Bom, a respeito...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Solicitaria, Dr. Mauro, nós já solicitamos e o senhor estava ausente, que fôssemos mais objetivos, porque temos um tempo.

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Com respeito ao treinamento, é feito para o nosso time tático da AGEPOL um treinamento específico. Para dentro da penitenciária, a gente atende a cada necessidade da penitenciária, que é uma engrenagem. São respeitadas, nos nossos cursos também, mesmo de intervenção, matérias como Direitos Humanos, Lei de Execuções Penais e Qualidade no Atendimento, além de Gerenciamento de Crise. Por quê? O interno, ele não é visto como algo, e sim como alguém. Essa é a nossa visão, essa é a minha visão. Primeiro, porque é desumano; segundo, porque é burrice. É burrice você usar o medo para impor alguma coisa. Você usa métodos e você dá opções. Como eu



disse, a gente sabe do perfil do interno. Nós temos 70% que não querem estar ali envolvidos em situações. Se eu pego e coloco o medo, ou seja, vamos usar um extremo: se eu pego todo mundo e desço o porrete, esses 70% vão falar desse jeito: *“Não, eu não fiz nada e apanhei. Da próxima vez, pelo menos, eu vou fazer, para apanhar devendo”*. Então, não é por aí. Isso é burrice a gente pensar desse jeito. Então, a gente tem de tratar o preso como pessoa humana e pessoa inteligente, porque ela sabe o que é certo e o que é errado; e impor condições para ela e dar condições também. A questão da privatização.

A respeito de segurança, sou contra. Única e exclusivamente por quê? Se você treina um agente, prepara um agente, e demora preparar um agente para poder atender à parte de segurança e à parte humana da pena, o que acontece? Se você treinar ele bem treinado, ele te serve 25 anos. Se você gasta dinheiro com privatização na parte de segurança, ele só serve até vencer o contrato.

Então, eu sou contra, na parte de segurança. Vou falar a respeito de segurança. O encontro íntimo deve ser mantido. Lógico que, dentro de condições, mas deve ser mantido, porque também isso ajuda a distensionar o sistema. A questão da cela única, em alguns casos, sou a favor; em outros, sou contra, porque também ajuda o convívio social. Quando você coloca mais de um dentro de uma cela, você ajuda a ressocializar, você já ajuda pessoas indisciplinadas a conviverem no mesmo ambiente, dentro de uma disciplina. Então, a parte humana é bem atingida nisso aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - E qual é o número que o senhor acha ideal, digamos assim?

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Quatro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Quatro?

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Quatro, porque quanto menos na cela, melhor taticamente. E a questão das nossas penitenciárias, hoje, a PDF... Conheço algumas penitenciárias, já participei de intervenções em algumas penitenciárias, a PDF é um exemplo tanto na parte humana, como na parte tática e na parte segura.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Dr. Luiz, cheguei atrasado, mas não posso deixar de fazer uma colocação aqui.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Deputado Jorginho Maluly.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Talvez até já comentaram esse assunto, perdoe-me se estiver repetindo, mas é uma coisa que me preocupa. Convivo com essa realidade na minha região. O senhor disse sobre métodos e limites, não é? Vocês conseguem impor os seus limites ou os limites são impostos pelos detentos? São eles que impõem esses limites ou vocês conseguem colocar?

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Nós.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Porque vou dar um exemplo. Lá, onde temos um presídio no interior de São Paulo, há casos que, quando se aperta muito nesses métodos, existe uma reação, e são obrigados a relaxar.

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Porque não têm o poder de resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Estivemos lá, Deputado Jorginho...

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Porque não têm o poder de resposta, excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Nós tivemos lá um exemplo...

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Não estou dizendo o caso daqui, estou dizendo a experiência que eu vivi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Nós tivemos um exemplo, na visita do presídio lá, em que solicitamos a separação de 4 presidiários para fazermos algumas perguntas. E lá tivemos um exemplo da autoridade, aqui, no caso do Distrito Federal, e realmente foi comprovado que quem coordena lá são os agentes.

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - E nós levamos num bloco que realmente a indisciplina lá é grande, dentro das nossas características de indisciplina. Então, o que acontece? Eu vou falar uma coisa aqui. Todo preso é igual em qualquer lugar. Se você der espaço para ele, ele vai tomar conta. Toda medida que você for tomar contra um interno, ou seja, implantação de procedimentos, vai ter uma resistência natural. Nós tivemos aqui no início. Mas depois que o Estado tem



poder de resposta — por isso que a gente fala da força nacional de intervenção penitenciária —, quando o Estado tem poder de resposta, aí eles conseguem entrar no padrão de disciplina que deve ser feito. Então, o Estado tem que estar presente.

Na questão do treinamento também, os agentes são preparados para todas as situações, e uma delas começa com a verbalização, ou seja, eu tenho que falar o que eu quero para o interno, gerenciar uma crise. Eu tento desestimular, dentro dessa verbalização, o intento do interno. Esse é o primeiro passo. Tento orientar na continuação do seu ato, que aquilo vai trazer prejuízo para ele. Então, isso tudo faz parte da técnica. Não é só o uso da força, é todo um conjunto. Alguns dados aqui: 110 mortos, agentes; 110 mortos, parece-me, em 3 ou 4 Estados, que o colega disse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Quatro Estados.

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Quatro Estados. O que acontece? A estrutura influencia, mas o procedimento, ele é necessário. No nossa PDF, o nosso contato com o interno é zero. Quando vou ter contato com o interno, estou sempre na vantagem. Está o.k.? Então, a estrutura ajuda, e muito. Mas se não tiver estrutura... porque existem alguns lugares que têm uma estrutura parecida com a nossa, mas não têm procedimento. Ou seja, quando não tem procedimento, o Dr. Anderson gerencia do jeito que ele quer; quando entrar o Dr. Nathaniel, ele gerencia do jeito que quer. Então, quer dizer, o sistema vai ser sempre falho, porque é do jeito que o gerente quer, o administrador quer, e não como deve ser feito. Então, por isso, têm de ser criado procedimentos, em todos os aspectos.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - O que o senhor considera estrutura?

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Estrutura é a parte física.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - A arquitetura?

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - A arquitetura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - A arquitetura.

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - E a polícia, e a questão da PEC trezentos...



**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Sr. Presidente, até por tocar nesse importante aspecto da estrutura, da arquitetura, nós fomos acompanhados de um bom grupo de cinegrafistas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Isso.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - ...e imagino que eles tenham conseguido buscar imagens, que vão ficar em DVDs, sobre a arquitetura prisional, não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Não, nós temos plantas e projetos. E na parte da relatoria, da qual sou o responsável, vamos pegar com o Dr. Nathaniel toda a metodologia e, enfim, todas as recomendações no que concerne à arquitetura prisional.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Bem, fica só a sugestão de que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Não, claro, as imagens são importantes também.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - ...as imagens possam contribuir para isso. Obrigado.

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - E com relação à PEC 308, vejo que é uma necessidade do Estado brasileiro, porque muita gente confunde o agente penitenciário como educador. O agente penitenciário está dentro da penitenciária para, primeiro... Lógico que a gente faz muito o trabalho de educador e ressocializador, mas a primeira e fundamental finalidade do agente penitenciário é manter a segurança. Então, o poder de polícia é necessário, porque não justifica todas as polícias prenderem, com trabalhos imensos, que às vezes leva anos, e pegar um funil e colocar todas as pessoas apenas na mão de pessoas comuns, que não têm um poder de resposta, que não têm condições de poder nem se defender, como já foi dito aqui. E sabe o que isso se torna? Covardia, colocar pessoas despreparadas para tomar conta, sem poder de resposta, sem uma instituição forte para proteger. Então, a gente finaliza por aqui e, qualquer dúvida, a gente está em condições de...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Está bom. Agora, gostaria de convidar o Presidente para reassumir, senão eu me acostumo e não



largo mais este posto. Passo, então, a Mesa ao Presidente Neucimar Fraga, para reconduzir os trabalhos. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agradeço ao Deputado Busato por assumir a Presidência. Concedo a palavra ao Dr. Nathaniel.

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Vou tentar ser breve, porque parece que só faltam 5 minutos. Perguntaram se tem cela para deficientes. Tem. Todos os módulos têm de 2 a 4 celas para deficientes — vamos falar cadeirantes, não é?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Tem. O Deputado perguntou sobre equipamentos. Parece que a Secretaria já está até providenciando a compra de Raio X, detector de metais...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Sistema de vídeo.

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - ...sistema de vídeo. A gente não costuma incluir isso aqui na obra porque o custo disso aqui, somado a BDI e à administração da obra só vai encarecer. Então, às vezes, é mais prático você comprar à parte o sistema. E esse circuito fechado de TV, a tecnologia vai aumentando dia a dia. Do preparo de um edital, vamos supor, de um projeto básico até que ela vai entregar aquilo ali, às vezes, passa 2, 3 anos. Então, para a gente não ter... Como é que se diz? Para não ficar uma especificação antiga, a gente prefere comprar isso diretamente. Quanto à visão do DEPEN e a minha visão quanto à capacidade de vagas por presídio. Eu falo isso pela experiência e pelo profissionalismo da Secretaria de Segurança daqui, que era a antiga Secretaria de Segurança, que virou Secretaria de Justiça, que eu conheço. Não conheço os outros. Eu acho que é muito caro, vamos supor assim, por exemplo, só para vocês terem idéia: um módulo daqueles que vocês visitaram cabem 600 pessoas; já teve até mais. Uma penitenciária, para ter um diretor disso, um diretor daquilo, mais não sei o quê, para 600 pessoas, acho que é muito caro para um país pobre igual ao nosso. Então, é isso. Eu vou deixar claro aqui outra coisa também: o DEPEN, eu comecei a tratar com ele em 1988. Até hoje praticamente a gente ainda... todas as obras foram conveniadas com o DEPEN. Ele tem melhorado a cada ano que eu



estive lá. Cada gestão sempre deu um passo melhorando. Não tenho nada a reclamar nem a me opor a algumas coisas do DEPEN, quero deixar claro isso aqui.

Quanto ao projeto que nós estamos fazendo agora, que nós vamos encaminhar ao DEPEN, vai ser o presídio feminino, que vai ser a PDF 3, ou PFDF — o nome ainda não sei qual vai ser dado lá. Consta hoje de 2 módulos femininos. Cada módulo feminino vai ser um para as provisórias, outro para as definitivas. Todos os 2 têm celas individuais, celas com solários, celas coletivas de 4 e celas para lactantes. E um desses 2 módulos tem ala para a psiquiatria da mulher. Em frente a um desses 2 blocos das mulheres vai ser construído o módulo de saúde, onde vai ter 28 leitos, para evitar de as pessoas serem deslocadas para hospitais, por problema de escolta, segurança e efetivo. Vai ter uma sala de pequenas cirurgias, consultórios e psiquiatria, tudo em um único módulo. E ele ainda tem duas alas para ATP, para aquelas pessoas que estão mais ou menos... porque visitamos lá, de repente, uma daquelas pessoas surta ou senão vira uma pessoa incontrolável ali. Também tem ala separada de individuais, sala para crise. Tem enfermarias em cada ala; não é igual aquela que a gente viu ali, que não tem. Então, a parte física. A parte de pessoal é o calo da nossa Secretaria. Vou falar aqui mais uma coisa. Perguntaram o custo por vaga. Daquele sistema nosso lá, sai na média, hoje, de 23 mil por vaga.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - É, por vaga, para instalação, 23 mil reais. Aí me perguntaram sobre a demanda, hoje. Pelo que eu entendi, é 125 mil a demanda de vagas ainda carente no Brasil.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Na minha versão, vamos falar para 1.548 vagas, seria 80, que daria um total de 36 milhões, não é? Só que, se a gente considerar...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Trinta e seis milhões por presídio?

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - É, 36 milhões por presídio, desculpa.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Mil, quinhentos e quarenta e oito.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Isso pronto para operar? Prontinho para operar?

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Pronto para operar.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Não, mas pelo que eu entendi, é o seguinte...

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Vinte e três mil é o quê? É a obra?

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Eu vou repetir, eu vou repetir. Vinte e três mil por vaga, esse meu projeto.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - A obra, só a obra.

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - É, a obra.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Sim, custo de instalação.

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Trinta e seis milhões, que daria um presídio desse, é o que eu estou orçando esse do presídio feminino — 36 milhões.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - E o senhor estima 80 presídios no Brasil, o déficit?

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - É. Com essa base, é. Agora, veja bem...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Teríamos um custo de 24 mil reais por vaga?

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Vinte e três.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, é um custo menor do que o custo do DEPEN hoje?

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Eu não sei dizer qual é o custo do DEPEN hoje. Eu não sei dizer. Isso aqui, considerando 4 por vaga, algumas celas para lactantes, um módulo de saúde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O DEPEN, se não me engano, acho que é um presídio na faixa de 400 vagas com um custo na faixa de 15 milhões.



**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Pois é, é uma das coisas... Por exemplo, porque você, quando faz um presídio menor, você perde na escala. Você tem que ter uma recepção e revista, você tem que ter uma administração, você tem que ter um grupo gerador, uma subestação, você tem que ter guaritas. Você, quando aumenta um pouco a escala... É como eu digo, é como se uma penitenciária daquela fosse um módulo. Por isso que eu acho, por isso que eu discordo do...

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - São 80 presídios, o cálculo dele, a 36 milhões cada um.

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - E se a gente considerar que o Governo, ele que dá o dinheiro e ele que recolhe dos impostos daquilo ali, na verdade, ele está gastando uns 25 milhões e olhe lá.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Dr. Nathaniel, o senhor considera viável, quando se constrói um presídio, ir se acoplando outros ao redor dele? O senhor acha isso uma coisa economicamente viável?

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - O nosso é assim, desde que devidamente planejado. O senhor é de São Paulo, não é isso? Eu vou falar alguma coisa que eu já vi de projeto de São Paulo. Por exemplo: as oficinas dão direto para o pátio. Isso é um absurdo de segurança. Então, essas coisas... Por isso que quando o senhor falou "*Tenta implantar alguma coisa*", além de não ter a resposta imediata, porque São Paulo é, vamos falar assim, o DF, perto de São Paulo...

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Por isso que eu falo da minha realidade.

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Eu sei, eu estou falando da minha. Por isso que eu digo: o DF é uma corrutela perto do Estado de São Paulo. Agora, eu acredito que você ficar fazendo um presídio em cada cidade afastada uma da outra, você jamais vai conseguir ter uma gerência de operações que tenha uma atitude rápida. Aí, vai acontecer o que ele falou, uma covardia, os agentes saem de lá vendidos. Então, eu acho que, no sistema penitenciário, a gente tem que pensar em economia de escala, senão vamos estar dando tiro no pé.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Só para eu entender, o senhor é favorável ou contra os complexos?



**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Sou favorável, desde que devidamente planejados. Se o senhor conhecer o nosso aqui, entreguei uma planta, tenho outras aqui, eu posso até explicar para o senhor quando o senhor quiser, para o senhor entender a idéia da coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dentro dessa filosofia do senhor, nós temos uma reclamação muito grande por parte das cidades que não querem receber um sistema prisional, principalmente um sistema complexo praticamente centralizado em uma região. O senhor acha que o Governo Federal ou o estadual deveria dar algum tipo de incentivo, até financeiro, aumentar a participação do FPM ou outro imposto, para a cidade que sediar um complexo como esse, para ser uma contrapartida.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente, só para agregar a colocação de V.Exa., para não ter dúvida. Veja, pelo menos eu imaginei que quando o Deputado Jorginho Maluly se referiu à complexo penitenciário no sentido de uma unidade, não de uma unidade ser agregada a outra arquitetonicamente, é no sentido de várias unidades no mesmo local. Eu gostaria de ouvi-lo sobre isso.

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Sim, eu sou a favor disso, tanto que o nosso é assim.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Por exemplo, onde eu fui Prefeito, tem 3 presídios. Inclusive um... Lá tem do mais, vamos dizer, o preso da mais alta periculosidade e o semi-aberto. O senhor acha viável deixar um semi-aberto encostado em um presídio onde tem comandantes do PCC e outras coisas mais, que podem, indiretamente, se comunicar e depois vão sair lá na rua?

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Veja bem, aí eu vou voltar ao que o Mauro diz, desde que você tenha disciplina, segurança e pessoal treinado e preparado e que seja valorizado...

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Nós temos o depoimento dos agentes aqui que não é bem essa realidade.

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Pois é, eu sei. É fácil eu falar que sim e que não. Estou dizendo assim, você tem uma série de coisas...

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - O senhor pode dizer em tese, não é?



**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Sim, lógico. Quem sou eu para...

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - O senhor dar uma resposta em tese, porque cada caso é um caso.

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Não tenha dúvida.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Doutor, só para o senhor ter uma idéia, aqui, no Distrito Federal, nós temos um presídio provisório, com 2.300 presos, um semi-aberto, com 1.300, e 2 fechados, com 3.800, um ao lado do outro, tranqüilamente. Inclusive, a idéia do complexo, a gente garante maior segurança naquele estabelecimento, porque até o acesso é controlado.

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Aí é onde eu quero chegar. O projeto de arquitetura dos que eu vi em São Paulo, eles são falhos nisso. Então, essas pequenas coisas desestimulam...

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Por isso que eu perguntei para o Dr. Mauro o que ele considerava estrutura, exatamente nesse ponto.

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Certo.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - O nosso presídio feminino, que hoje está fora, passará a integrar esse complexo também.

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Satisfeito?

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Presidente Neucimar Fraga, acho que esse ponto é muito importante. Do que nós vimos e do que já ouvimos, a idéia de complexos penitenciários com mais de uma unidade, para que se tenha unidade de comando e eficiência operacional, parece ser o melhor modelo prisional que nós podemos admitir, contrariamente a unidades esparsas em pequenas cidades ou em cidades de menor população espalhadas pelo País. Isso já me parece óbvio.

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Eu gostaria de colocar uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Luiz.

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Só uma questão sobre segurança, que é importante na questão de São Paulo. Lógico que a gente tem as distâncias do Estado, mas que se faça um complexo penitenciário, por quê? Se você



tivesse uns 5 ou 6 complexos penitenciários, o efetivo que você necessitaria de policiais para tomar conta da megarrebelião seria bem menor. Com pouca gente você consegue controlar um complexo. Enquanto foram necessárias 48 unidades móveis para poder cercar o perímetro, somente cercar o perímetro, enquanto num complexo você precisa só de uma unidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas tem que deixar claro também que, pela forma que está sendo colocada, é um complexo com vários módulos independentes, eles não são integrados, então, não tem ligação de um módulo com outro. É uma área, é uma concentração do presídios em determinada área, mas com módulos independentes. Não há integração nem interação entre os presos de um módulo para outro.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Sr. Presidente, dentro do que V.Exa. colocou agora sobre o apoio aos municípios, no caso do interior de São Paulo, nós vamos lá na quinta-feira, está na agenda aqui. Se pegar o noroeste e o oeste, nós fomos lá invadidos pelos presídios. Tem dezenas e dezenas de presídios sem a mínima contrapartida do Governo do Estado para os municípios que receberam o bônus e o ônus. Tem coisas boas e tem coisas ruins. Só a folha de pagamento, por exemplo, o orçamento do presídio, do Complexo Penitenciário de Mirandópolis, município de que fui Prefeito, é maior do que o orçamento da cidade. Então, a cidade hoje depende desse dinheiro para a sua sobrevivência, mas tem saúde, creche e habitação, vai tudo nas costas do município.

Queria pedir o apoio de V.Exa. e desta Comissão. Existe uma PEC de minha autoria tramitando na Comissão de Justiça aqui da Casa que mexe exatamente no FPM para os municípios impactados, como eu chamo, pelos presídios. Queria pedir apoio da Presidência e dos colegas para essa PEC.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Já tem Relator?

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Eu acho que sim. Eu não sei quem é, vou verificar.

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - É porque na solução desse problema que aconteceu lá na época com o DEPEN — é a minha visão, a leitura dos fatos —, tinha a época do Carandiru mesmo, antes daquela rebelião que houve lá, aquele problema todo. O pessoal falava assim: *“Vamos sair de um negócio*



*daquele e vamos sair para a outra ponta da coisa". Acho que não é bem por aí. Você tem que achar um meio termo entre as soluções, que a gente acha que a nossa aqui está atendendo.*

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Só para informar, Sr. Presidente, o Relator do projeto é o Deputado José Genoíno.

Dr. Nathaniel, nesses projetos novos, estou dizendo talvez no passado, médio a longo, a maioria das fugas eram por túneis, ou por suborno — tem preso que já saiu pela frente da porta do presídio — ou pela famosa Cleusa.

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Teresa.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Teresa. Como é que estão esses projetos sobre túneis, estruturalmente falando. Minimizou-se isso?

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Não, veja bem. O nosso piso tem apenas 15 centímetros. É como se fosse uma caixa d'água, que a gente conhece aí, está certo? A nossa cela é tipo uma caixa d'água. Mas o que segura o preso ali são os agentes, são as vistorias, que são feitas assim, por exemplo: vistoria da cela 5. Tem a matrícula e a assinatura do cara e diz se ele encontrou alguma coisa ou não. Não é a rodo, assim: entraram 10 pessoas e vistoriaram 20 celas. Aí, teve uma fuga na cela 5. Quem foi que olhou? Ninguém sabe. No nosso, não, cada cela é vistoriada por um agente, ele põe a matrícula. Isso é o quê? Administração, profissionalismo, empenho do pessoal, porque a cela em si não segura só, não tenha dúvida. E não adianta fazer túnel, muro com 30 metros para baixo e não sei o quê. O que segura é o olho do agente, a estrutura é para dar tempo de eles poderem voltar lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, o Deputado Luiz Carlos Busato está responsável por uma relatoria sobre arquitetura dos presídios. Acho que temos que organizar uma Mesa só sobre esse assunto, porque tem defesa aqui da municipalização da pena, tem defesa de botar presídios isolados, tem a defesa agora dos complexos, como foi dito. Portanto, acho que é um tema importante e esta Comissão pode oferecer uma contribuição para os governos, para o Governo Federal.



Queria só perguntar ao Dr. Anderson, porque ele acabou não falando, sobre a situação das crianças encarceradas. Vimos no presídio feminino mais de 20 crianças, com 1 mês, 2 meses, junto com as mães presas. Queria saber também qual é a sua opinião sobre a desnecessidade de o preso ou a presa comparecer à audiência de instrução e sobre algum incentivo para as mães que têm crianças menores que estão encarceradas.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Primeiramente, com relação à audiência de instrução, acho que é plenamente viável que não precise comparecer. O interrogatório não é realmente presencial. Agora, eu acredito que até o interrogatório por uma teleaudiência, alguma coisa nesse sentido, seria muito mais salutar. Para o senhor ter idéia, são 130 escoltas judiciais por dia. Cada escolta dessa tem um custo. Foi calculado esse custo, e gira em torno de 528 reais uma escolta simples.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Cento e trinta aqui no DF?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Aqui no Distrito Federal. E o nosso sistema penitenciário fica há cerca, a Vara Judicial mais distante do nosso complexo vai ficar há cerca de 60 quilômetros; 60 a 70 quilômetros que se vai rodar, tem um custo de 528 reais. Uma escolta complexa gira em torno de 7 mil e 500 reais. É aquela escolta que envolve várias viaturas, aeronave, esse tipo de coisa. Então, o custo é muito alto. O ideal seria a gente tentar caminhar para uma teleaudiência ou alguma coisa nesse sentido. Seria o ideal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Doutor, só uma dúvida: estas 130 ocorrem ocasional ou constantemente?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não, é o diário, 130 escoltas judiciais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só uma dúvida, porque há reclamações em todos os sistemas e aqui, segundo o Relator que esteve na visita também, da falta de informação dos presos sobre a sua situação jurídica, sobre o andamento do processo. Com 130 escoltas por dia teríamos aí, por mês, em dias úteis, cerca de 2.500 pessoas atendidas pela Justiça. De 3 em 3 meses, toda a população carcerária teria tido oportunidade de comparecer perante o juiz. Pergunto: por que, então, há reclamação dos detentos da falta de assistência judicial ou falta



de conhecimento sobre a situação judicial deles, já que, pelas contas das escoltas, todos eles têm acesso à Justiça de 3 em 3 meses?

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Esse assunto o Dr. Anderson já comentou agora há pouco...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Deixa eu explicar para o senhor. Nós temos um incremento, uma rotatividade no sistema penitenciário, por semana, de algo em torno de 110 a 120 internos. Toda semana eu recebo 110 a 120 presos e libero 100, 110 a 120 presos. O nosso crescimento é muito pequeno. Então, na realidade, toda semana, 100 pessoas vão embora e 100, 110, 120 vêm. Então, na realidade, a rotatividade grande gera que não citou... não é aquele efetivo. Para o senhor ter idéia, por mês, são 400 presos novos e 400 antigos que foram embora. Então, são 130 por dia, uma média de 26 mil escoltas ao ano, e o custo do Estado é tremendo com relação a isso. Se a gente pudesse efetivamente ter algum projeto que regulamentasse a teleaudiência ou que criasse a teleaudiência, seria o ideal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Esse projeto já foi aprovado na Câmara, eu fui o Relator, e está parado no Senado, aguardando o fim da crise do Renan para poder ser aprovado. Já foi aprovado na Câmara e está aguardando a votação no plenário do Senado.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - É o da videoconferência, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Da videoconferência.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Mas não teriam dito que o Supremo Tribunal Federal havia considerado essa matéria inconstitucional?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Na realidade, seria algo além da videoconferência, Deputado, porque a videoconferência seria só o sistema lá e o preso falando com o juiz para que ele... A idéia da teleaudiência teria também um advogado do Estado ou algum defensor lá junto ao preso. A idéia da teleaudiência é esta: vai um defensor ficar lá no local, lá no estabelecimento prisional. Tem aquele contato visual com o juiz pelo sistema e também um advogado. O advogado do preso, por exemplo, ele vai para a audiência junto com o juiz, e um outro advogado ou algum servidor nesse sentido, com formação na área



jurídica, ficaria lá ao lado do preso para resguardar que ele ali não está sofrendo nenhum constrangimento em prestar aquela idéia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor entende que se fizer essa correção no projeto...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - São Paulo já é assim. Esse é o sistema adotado em São Paulo. É excelente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Dr. Anderson, só para completar, dentro do gancho do que o Relator colocou, só para a minha curiosidade e informação, aqui, no Distrito Federal, o atendimento médico básico é todo feito dentro do complexo?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Todo feito dentro do complexo. Cada complexo tem a unidade médica, tem um ambulatório com a equipe médica.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Eu estou dizendo porque em São Paulo existe uma idéia de se criar um hospital penitenciário regional...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - A gente aqui tem a idéia de criar uma unidade hospitalar, casos...

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Só que lá os ambulatórios funcionam muito pouco, qualquer coisinha o pessoal sai.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não, o grosso do atendimento é feito no ambulatório, no próprio estabelecimento, e excepcionalmente vai para a rede pública.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Porque lá já tivemos casos até de resgate de preso dentro do hospital.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Nós tivemos aqui inclusive com morte de servidores.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Dr. Anderson, o senhor sabe quantos mil mandatos de prisão estão para serem cumpridos aqui no GDF?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Eu não sei dizer a informação oficialmente para o senhor. O que a gente escuta, por ouvir dizer, seria algo em torno de 5 a 7 mil mandatos de prisão em aberto.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Qual é o órgão do GDF que centraliza esse mandatos?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - A Polícia Civil do Distrito Federal.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - De 5 a 7 mil?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - É. Seria algo em torno disso. Eu não sei dizer para o senhor com certeza.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - É quase igual à capacidade atual do sistema.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Do sistema penitenciário.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Dr. Anderson, o número de...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - A pergunta que o senhor fez com relação aos menores encarcerados, as crianças. Na realidade, as presas, uma vez que houve o parto, elas podem ficar com os filhos por até 6 meses. Após 6 meses, essa criança tem que...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Isso tem sido comprovado, que o corte que tem ele é menos...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Isso não é salutar, não é? O ideal é que ficasse mais tempo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Mas o fato de não ser tirado logo é menos traumática a retirada. Isso, inclusive, é acompanhado.

Mas eu perguntaria o seguinte: o número de presos que responde a diversos crimes. Porque, às vezes, até o fato de ele ir para o juiz, ele vai uma vez por um crime, depois, vai por outro e por outro...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Outro juiz inclusive.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Outro juiz diferente. Tem esse percentual de presos que respondem por mais de um crime?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não, aqui eu não tenho. Mas tem como fazer esse levantamento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Tem, não é?



**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Tem, com certeza. E outra coisa, doutor, a gente não tem creche. E não existe nenhum projeto ainda de criação dessa creche. Mas vou até usar essa sugestão do senhor e levar isso à frente. A idéia de se criar uma creche nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Quero fazer uma colocação, Dr. Anderson. Essa questão das crianças está de acordo com a LEP?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não. A LEP determina que o ideal seria até 6 anos de idade, doutor.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Doutor, sou médico pediatra. Fui eu que fiz a pergunta relacionada ao parto e à criança recém-nascida. Então, pela sua resposta, fica até 6 meses.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Até 6 meses.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - E após 6 meses....

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Após 6 meses ela é entregue para um familiar da interna que vai ficar com essa criança.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Depois teria alguma visita? No caso de amamentação, como é que ocorre?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - A criança pode visitar no dia de visita, especificamente.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Corta a amamentação ao seio.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Dr. Anderson, aí vem, novamente, uma sugestão da relatoria, mas depois a Comissão deve, num conjunto, apresentar uma coisa formal. É a necessidade de os governos estaduais terem um plano de assistência aos parentes dos presos. Vimos lá umas 5 ou 6 mulheres cujos maridos estão presos. Estão com os filhos no braço; dentro de 6 meses têm que entregá-los. O marido está preso e a mãe já morreu. Vão entregar essa criança para quem? Então, há necessidade desse acompanhamento, desse programa de assistência, porque vão entregar uma criança para tios, sobrinhos sem qualquer tipo de...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - É assim que funciona.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Então, é necessário os governos de Estado pensarem num programa de assistência aos familiares que ficaram



presos. Nesses casos, em que o marido está preso também, a situação é mais grave.

Queria, Sr. Presidente, encerrando a audiência, sugerir a necessidade de se fazer uma reunião administrativa da Comissão. Temos que tratar aqui de uma audiência hoje, sem falta, com o Presidente da Casa, porque a Comissão está trabalhando sem condição alguma...

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Nobre Relator, só para dar força a V.Exa., semana passada, em plenário, usei da tribuna exatamente chamando a atenção do Presidente, que ele desse atenção, e os colegas também, que apoiassem este nosso trabalho que está sendo esquecido. Dão atenção para um monte de coisa e não dão... Então, falei olho no olho do Presidente lá no plenário, para dar força nesse sentido.

Queria só fazer uma colocação aqui, já que vocês já falaram ou não. Sabemos sobre as drogas, não é? Porque muitos são usuários de droga na vida do crime. Quando vão para o presídio, teoricamente, interrompem o fornecimento — teoricamente. Como é que está sendo administrado? Porque todo mundo sabe que para quem é viciado em drogas pesadas a interrupção causa situações complexas. Como é que vocês trabalham nesse sentido, já que nós sabemos que têm muitos sentenciados que, na vida fora do presídio, são usuários de cocaína, maconha e outras drogas, e a gente supõe que não entra isso no presídio?

Obrigado, Relator.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Na realidade, doutor, como eu tinha dito antes, a gente tem uma média de 5 a 6 flagrantes por semana por tráfico de drogas. São pessoas que estão entrando no sistema penitenciário, visitantes, nos dias de visitas, com drogas. A gente consegue barrar a grande maioria, acredito que 99%. Pode ser que entre alguma coisa, mas 99%...

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Eu acredito. Eu queria saber, assim, se existe alguma preocupação no tratamento...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Esse interno, ele apresentando algum distúrbio, algum problema, uma síndrome de abstinência ou alguma coisa nesse sentido, é encaminhado imediatamente para atendimento médico. O acompanhamento é feito pelo médico no nosso ambulatório lá.



**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Só médico ou tem psicólogo ou alguma coisa assim?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Tem psicólogo e assistente social também. Tem toda uma equipe multidisciplinar que vai fazer esse levantamento com ele.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - O senhor tem casos como esse com frequência lá?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Tem. E aí, geralmente, um médico prescreve alguma medicação até para acalmá-lo, naquele primeiro momento, durante as crises.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, quero fazer o seguinte requerimento: pedir ao Dr. Anderson que nos mande a relação dos presos que estão no RDD, no presídio de segurança máxima — que são diferenciados, não é? —, e os presos que estão no seguro. Os presos que estão no seguro, no RDD e no presídio de segurança máxima. Também que o senhor pudesse mandar o contrato com a Brasplastic e a relação das delegacias que o senhor visitou aqui no Entorno. Que o senhor pudesse citar o nome, lá no parque da Cidade...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Está certo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Lá é...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Departamento de Polícia Especializada da Polícia Civil.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Onde ficam...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - O complexo da Polícia Civil. Onde fica o complexo da Polícia Civil no Parque da Cidade.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - São esses os requerimentos.

Ratifico a necessidade de a Comissão se reunir hoje à tarde para ver as relatorias. O Deputado Ayrton Xerez está com a relatoria para levantar todos os projetos em tramitação — eu tenho visto, constantemente, no *Jornal da Câmara* os projetos que estão tramitando. Para a gente ver as condições materiais e humanas para a Comissão funcionar e planejar a visita de quinta-feira. As visitas que fizemos aqui foram boas. Fomos bem atendidos, mas eu acho que os procedimentos precisam ser melhorados, porque senão fica muito improvisado e a gente acaba não



aproveitando bem os depoimentos que ouvimos. E, depois, marcar a audiência com o Presidente da Câmara. Tem que ser hoje, para tratar com ele das condições de funcionamento da Comissão.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Está com a palavra o Deputado Carlos Sampaio; depois, o Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Quero apenas aproveitar, mais uma vez, a oportunidade da presença do Dr. Anderson. Na verdade, se fala muito sobre a falta de assistência judiciária ao preso. Eu queria entender melhor essa questão, porque existe o preso provisório, que tem a questão processual, recurso em andamento ou coisa que o valha, e a questão da execução da pena propriamente dita. E me parece que...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Os inquéritos disciplinares, por exemplo.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Eu digo assim: na execução da pena, me parece que o Distrito Federal tem um *software*, que, automaticamente, comunica quando da progressão.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Isso. Nós temos o SIPEN, que é o sistema informatizado...

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - O que eu queria, na verdade, concluindo a pergunta, é saber se existem casos, no Distrito Federal, em que o preso não progride por falta de assistência judiciária ou isso não acontece em razão desse *software*.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Eu acredito que não esteja acontecendo. Acredito, sinceramente, porque é feito todo esse acompanhamento pela assessoria jurídica de cada um dos estabelecimentos. E nós encaminhamos, à medida que o preso vai completando aquele período, o lapso temporal de cumprimento da pena, para que ele possa ter o benefício da progressão. Automaticamente já é feito, pela assessoria jurídica, o relatório carcerário e encaminhado ao Judiciário.



**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Então, de onde viria a reclamação da falta de assistência judiciária, no tramitar do processo e não na execução da pena?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Acredito que seja com relação ao processo daquele...

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Em curso.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - ...em curso, alguma coisa nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - E não a execução da pena propriamente dita.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Ou, então, alguma informação a ele com relação àquele benefício que foi solicitado, entendeu? Porque a vara de execuções criminais também está assoberbada de número de processos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - O.k. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Dr. Nathaniel, com o conhecimento da arquitetura dos nossos presídios, dentro da sua visão, que presídios seriam aprovados e reprovados com relação à configuração arquitetônica? Se não tiver, pelo menos o senhor poderia depois nos dizer, do que o senhor conhece, que presídios estariam reprovados e os que estariam com aprovação.

**O SR. NATHANIEL PEREGRINO BLOOMFIELD** - Há muitos anos, entrei em Bangu I, e achei um absurdo aquilo lá. A cela abre direto para o pátio onde estão os presos. Esse tipo de presídio, assim, que a oficina abre direto para o pátio ou que o acesso dos agentes, vamos falar, os presos circulam livremente, vamos dizer assim, você não consegue manter uma ação em cima dos presos, sempre será um presídio problemático.

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - O senhor entrando, não precisa entender muito não. Porta de frente para o pátio, porta de cela de frente para outra cela, isso é reprovável em qualquer situação. Controle, você precisa de mais gente para controlar. Justamente aquela vistoria que o Dr. Anderson falou que é feita todos os dias nas celas, não tem jeito, porque o interno está ao mesmo tempo na cela e, ao mesmo tempo, no pátio. Aí o interno se sente dono da cadeia. Então, isso tudo



compromete. Então, tem que visualizar todas as situações. Presídios verticais. Também vira um castelo para você retomar se for perdido um presídio daquele.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Só para o senhor ter uma idéia, doutor, quando os presos são colocados no pátio, as celas estão vazias. Então, o policial entra e faz a revista minuciosa em todas as celas. Isso é feito diariamente. Quando ele retorna, tranqüilamente, sem correria, sem assoberbação; quando ele retorna, a cela já foi vistoriada, já está identificado quem fez a vistoria. Quando eles saíram do pátio, é feita uma nova vistoria no pátio, para ver se não ficou alguma coisa nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Essas parcerias que são feitas de empresas que trabalham com a mão-de-obra do sentenciado, o senhor não acha que deveria ser selecionado que tipo de coisa vai ser feita ali? Porque, por exemplo, na fábrica de guarda-chuva ou mesmo na fábrica de bola trabalham muito com faca, não é?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Com certeza.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Trabalham muito com estilete, não é? E dali para levar para o presídio, vai complicar depois o trabalho do pessoal.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Aqui, no Distrito Federal, esse serviço é feito nas oficinas, doutor. Então, quando retorna para a cela, todo preso que está na oficina, ele retornou para a cela, é revistado. Então, não tem perigo de ele levar qualquer objeto nesse sentido para o interior das celas. Funciona assim. E eles recebem...

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Nas revistas, os senhores não encontram esse tipo de objeto?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Na hora em que ele vai para a oficina ele recebe, por exemplo, um estilete, uma faca ou alguma coisa. Na saída, ele tem que devolver aquela mesma quantidade de objetos que ele recebeu. Além disso, ele é passado por uma revista na qual ele se despe totalmente para poder ser revistado. Assim é que funciona o procedimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E qual o procedimento de revista dos advogados?



**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Os advogados... Inclusive, teve uma pergunta que foi feita nesse sentido, nós não temos notícias de advogados, aqui, no Distrito Federal, participando do crime organizado ou coisa nesse sentido no sistema penitenciário. Aqui, não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Até porque, pelo que nós vimos lá...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - O contato do preso com o advogado é pelo telefone, pelo monofone. Ele não tem o contato direto. Tem o parlatório, uma sala específica para ele ter esse contato com o preso. O preso fica do outro lado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Tem uma tela, um vidro e uma grade.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Entendeu? E os que não têm a tela, é um policarbonato furado, e ali não tem como passar nada.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Anderson, quando nós estivemos na CPI...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Do Tráfico de Armas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - ...do Tráfico de Armas, lá com o Marcola, ouvindo, ele disse que, em Brasília, teriam 2 organizações. O senhor disse que identificou uma.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Identificamos o PLD.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Então, pode ser que essa outra ainda não tenha sido identificada. Ele falava de duas...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Tem duas mesmo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Duas, não é?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Ele está falando aqui que tem o PLJ também.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Isso, pronto.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - As duas bem identificadas e separadas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Está certo.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Anderson, só uma pergunta sobre esse fato que o Deputado Luiz Couto citou. Sabemos que o DF tem um sistema de inteligência no Sistema Penitenciário.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Vocês chegaram alguma vez a gravar o Marcola?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não, porque naquela época em que o Marcola aqui esteve ainda não estava criado esse núcleo de inteligência, essa Agência de Inteligência. O Marcola esteve aqui em 2000 para 2001, e isso foi criado em 2003. Então, não foi gravado. A pessoa que o Marcola tinha o maior contato, enquanto esteve aqui recolhido, foi com o então juiz titular da Vara de Execuções Criminais à época, que, por sua vez, foi até removido compulsoriamente, por decisão do Tribunal de Justiça da VEC.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o nome dele?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - É o Dr. Sebastião Coelho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E foi removido compulsoriamente por causa de quê?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - A partir de representação do Ministério Público com relação a alguns tratamentos que estavam sendo dados, entre eles uma determinação para que o Marcola fosse retirado do pavilhão de segurança máxima e fosse colocado em convívio com os demais presos. O Ministério Público recorreu dessa decisão, isso gerou um procedimento administrativo no Tribunal de Justiça que culminou nessa remoção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Dr. Anderson, me fale só com relação à visita dos juízes e dos promotores. O senhor disse que eles visitam, e só a direção?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não. Existe a visita. Inclusive, nós temos juízes que fazem audiências lá no próprio sistema penitenciário. E geralmente se vai até à carceragem. Não se restringe somente ao prédio de administração, não.



**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Dr. Anderson, mas eles fazem um relatório?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não. Esse relatório, se fazem, não é encaminhado para a gente, doutor. A única coisa, lá no sistema penitenciário, é anotada a visita do magistrado ou do membro do Ministério Público.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - E por que não se faz um relatório?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Eu não tenho como exigir do magistrado e do membro do Ministério Público esse relatório, doutor.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Está bem. Outra pergunta que eu fiz, eu não creio ter entendido a resposta, foi em relação à capacitação dos agentes penitenciários e à reciclagem no trato com pessoas com deficiência.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Na realidade, não existe uma capacitação especificamente para isso, para esse trato com esses portadores de necessidades especiais. Não existe. Existem servidores que têm alguma capacitação, inclusive na área médica, e a gente procura colocá-los nessa divisão de assistência ao interno. Mas, especificamente, não existe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Sobre a entrada de alimentos, é permitida a entrada de alimentos nos presídios aqui?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Aqui, no Distrito Federal, nós temos um limite. Existe uma portaria da Subsecretaria que especifica quais objetos podem ingressar no presídio, dentre eles os alimentos e a quantidade de cada um desses alimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Que tipo de alimento não pode entrar?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Ah! São... Que não podem entrar? São objetos cortantes, ou alguma coisa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Alimentos, alimentos.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Alimentos? Alimentos que podem é... Por exemplo, fermentar e virar... Eles, simplesmente, criam bebidas alcólicas. Não é? Algumas... Legume, por exemplo, beterraba,



batata. Ele consegue fermentar aquilo e aquilo se transformar em alguma coisa alcoólica. Quer dizer, a capacidade é imensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas ele...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Então, tem alguns alimentos. Por exemplo, tem uma alimentação de quantidade de energia. Por exemplo, banana, podem entrar, inclusive, 3, 4, 5 bananas. É tudo especificado por quantidades, até para que não ingresse muita coisa. Porque vai dificultar, depois, até a revista que é feita diariamente.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Cigarro, também, tem limite?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não. Cigarro não tem limite.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Porque diz que cigarro é...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não. Tem, tem limite de ingresso.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Porque diz que é moeda de...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não. Tem, tem limite de ingresso, sim. Eu não sei dizer para o senhor quantas carteiras podem entrar semanalmente.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Segundo...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Salvo engano, são 2 ou 3.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Segundo dizem, uma das moedas de negociação dentro do presídio é cigarro.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Com certeza. E não só cigarro, senhor: até livro vira moeda de negociação.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - É?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, que o Dr. Anderson pudesse mandar à Comissão essa portaria. E, também, um relatório a que ele fez referência que, mensalmente, é encaminhado, deu um número de 100 a 150...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Relatório carcerário.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - É, relatório carcerário. E, também, onde as pessoas trabalham.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - O senhor tem o modelo desse relatório, Deputado? É porque esse relatório é um para cada preso.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - A gente queria, pelo menos, algo que fosse uma síntese para a gente ter uma noção dos procedimentos...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Quantidade de relatórios que são encaminhados...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - ...que o juiz adota posteriormente. E principalmente daqueles que trabalham. Porque... Para ter o controle da remissão da pena — não é? — dos presos que estão exercendo alguma atividade laboral.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu só quero saber a quantidade de presos aqui em Brasília.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Sete mil, seiscentos e setenta, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Todos da Papuda?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não. Todos... Nestes 7.670 no Complexo Penitenciário, que envolve 6 presídios. Dois ficam fora do Complexo Penitenciário da Papuda; 1 fica no Setor de Indústria, que é o CPP. Inclusive a Deputada Jusmari Oliveira tinha questionado por que lá tem mais assistência laborativa e educativa do que os outros. É porque lá é aquele preso que já está no semi-aberto, com trabalho externo e saída temporária. Então, ele tem mais trabalho porque todos eles trabalham.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E o segundo?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Temos o Presídio Feminino que fica no Gama. Os demais todos no Complexo Penitenciário próximo a São Sebastião.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Nas Delegacias de Polícia não tem nenhum preso?



**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não temos. Temos um carceragem central da Polícia Civil, que fica no Departamento de Polícia Especializada, com capacidade para 150 presos. Duas vezes por semana nós recebemos presos dessa carceragem, na nossa porta de entrada, que é o Centro de Detenção Provisória.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quantos mandados de captura estão para ser cumpridos em Brasília?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Eu até informei ao Sr. Deputado Relator que eu não tenho esse número exato. Seria algo em torno de 5 mil a 7 mil, pelo que eu ouvi dizer. Não tenho esse número exato.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E a captura é subordinada a quem aqui em Brasília?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não. A captura é feita pela Polícia Civil. Existe a Delegacia de Vigilância e Capturas. É uma Delegacia Especializada da Polícia Civil. Nós fazemos a recaptura dos foragidos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sim, mas o sistema prisional em Brasília é subordinado à Polícia Civil?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não, senhor. Os servidores, os diretores são todos delegados de polícia. Com exceção do diretor do Centro de Progressão Penitenciária e do Sr. Mauro, que está na Diretoria Penitenciária de Operações Especiais, todos os demais são delegados de Polícia, diretor e vice, e os agentes penitenciários são servidores da carreira policial civil.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Talvez o Dr. Luiz Mauro pudesse responder: por que esse número tão elevado de mandados sem cumprir, quase 100%, na proporção com o número de presos?

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Isso é... Algumas vezes, esses mandados, também, não são uma realidade. Porque têm, por exemplo, foragidos da Justiça que têm 4, 5 mandados. Então, realmente, a gente tem que fazer um estudo para ver o fator real. Às vezes, é a mesma pessoa. Por exemplo, a nossa área em que a gente trabalha com foragidos. Uma vez eu fui atrás de um foragido: ele tinha 24 mandados de prisão em aberto. Uma única pessoa. Então, não é real essa



situação. Por isso, tem que se fazer um levantamento e uma pesquisa por nome de pessoas, quantos mandados tem, em nome de cada pessoa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O real é entre mandados e pessoas que deveriam ser presas, não é?

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nem sempre o número de mandados...

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - E nós...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mas de quem é essa falha...

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - E nós somos...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Essa falha é da captura ou da Justiça?

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Não. Aí não é questão de falha.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - (*Ininteligível.*) Aí, da captura, é da Polícia Civil.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não, não, não, não. Eu sei. Não. A falha do mandado múltiplo, de não terem sido "juncionados", é da Polícia ou do Judiciário?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Na realidade, às vezes, são vários processos de uma única pessoa. Então, cada Juiz expede um mandado de prisão. Não é? Então, na realidade, isso tinha que chegar na Polícia e ser condensado especificamente para aquela pessoa.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - O senhor considera que os dados nacionais, sejam de Brasília, não são confiáveis, dados não só neste caso? Às vezes, tem estatísticas de São Paulo que dizem que são mascaradas para poder dar uma eficiência à Polícia. O senhor acha que isso é real ou não? A gente pode confiar nesses dados?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Doutor, pode ser possível que não sejam reais esses dados estatísticos. Se a gente tem 5 mil, 7 mil mandados, não quer dizer que são 5 mil, 7 mil pessoas que deveriam estar encarceradas. Podem ser 3 mil, 4 mil, vai depender do número de mandados de cada um deles.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O sistema do DF está totalmente atualizado com o DEPEN, com o INFOPEN, com...

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Está. Nós integramos, fizemos um acordo de cooperação técnica com o DEPEN e integramos o DEPEN. Já disponibilizamos inclusive para o DEPEN todos os dados.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu queria requerer a V.Exa. que o Dr. Anderson enviasse para a nossa Comissão um exemplo desse que ele citou, ele e o Dr. Luiz Mauro, de um mesmo preso que tem vários mandados de prisão. Eu quero um exemplo concreto para que possamos tomar providência.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Eu vou solicitar à Polícia Civil, viu, Deputado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Esta Comissão, então, atendendo ao requerimento do Deputado Arnaldo Faria de Sá, solicita à secretaria que providencie esse pedido de informação, oficialmente, à Secretaria de Justiça do DF e à Polícia Civil.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Seria interessante já fazer diretamente à Polícia Civil, porque é ela que detém esse dados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - À Polícia Civil do DF.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O Dr. Luiz Mauro não é da Polícia Civil?

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Não, nós todos somos policiais civis, Deputado. Só que estamos cedidos à Secretaria de Justiça, na forma do sistema penitenciário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não respondem pela polícia, respondem pelo sistema.

**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - A gente não responde pela Polícia Civil, a gente responde pelo sistema penitenciário.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Então, mas o que eu quero é isso, é uma prova. Eu não quero dados da polícia. Quero de vocês, que são as pessoas envolvidas, um exemplo de uma pessoa que tem 5, 6 mandados de prisão. É isso o que eu quero.



**O SR. ANDERSON JORGE DAMASCENO ESPÍNDOLA** - Eu vou solicitar à Polícia Civil que me encaminhe e repasso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quero agradecer...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Ele falou de um caso aqui. É isso o que eu quero.

**O SR. LUIZ MAURO DE ALBUQUERQUE** - Eu vou enviar.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente, antes de finalizar, é uma mera preocupação com a formalidade. A audiência de hoje eu não sei se foi fruto de um requerimento aprovado. Eu não sei se foi. É uma consulta que faço. E é uma audiência de grande valia, e as informações que nos foram trazidas hoje foram fundamentais para o nosso trabalho.

Também não sei se a nossa visita de quinta foi aprovada nos moldes em que está formatada, com a audiência pública e tudo o mais. Ou seja, eu tenho uma preocupação formal. Pode ter sido aprovado o requerimento de visita ao sistema prisional lá de Presidente Venceslau, Presidente Prudente, enfim. Mas eu não sei se em seguida foi aprovada, por exemplo, a audiência na Câmara, com aqueles...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós aprovamos as oitivas nos Estados. E a forma como as oitivas se dão nós estamos resolvendo administrativamente. Então, nós decidimos que nas visitas aos Estados nós faremos visita ao sistema prisional e teremos sempre uma audiência para discutir com os representantes do sistema os problemas que nós poderíamos encontrar.

Então, as oitivas estão aprovadas e o formato nós estamos definindo administrativamente.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Veja: a oitiva, por exemplo, desses todos que estão elencados para serem ouvidos na Câmara foi aprovada aqui? De todos eles?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Todas as...

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - ...as oitivas. Não, não estamos falando de pessoas, estamos falando de oitivas, visitas e audiências.



**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Visitas e audiências eu sei. Foi aprovada genericamente a realização de audiências públicas nos Estados e as visitas aos Estados. Não é isso o que eu pergunto. É se foram aprovados esses nomes para serem ouvidos nos requerimentos.

Por que eu digo isso? Suponhamos que um dos Deputados integrantes desta Comissão gostaria de sugerir um nome que poderia agregar informação, por exemplo, para o próprio Relator. Eu não tive oportunidade de me manifestar sobre isso, talvez eu tenha faltado a essa sessão em que os nomes foram aprovados, porque, de repente, repito, temos condições de ofertar subsídios e outros nomes que poderiam integrar esta Comissão.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu posso fazer só uma observação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pode.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu acho que a gente poderia encerrar a nossa parte. E essa questão administrativa, eu, V.Exa., o Relator e os demais Parlamentares interessados poderíamos discutir posteriormente.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Eu concordo com a sugestão do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós temos uma reunião já marcada — quero convocar os Parlamentares interessados em participar — às 16 horas e 30 minutos, na sala da CPI, para que possamos detalhar o formato da nossa visita ao Estado de São Paulo.

Estaremos, na próxima quinta-feira, visitando alguns presídios no Estado de São Paulo, entre eles: o Centro de Readaptação Penitenciária José Ismael Pedrosa, localizado na Rodovia Raposo Tavares, no Município de Presidente Bernardes; a Penitenciária Maurício Henrique Guimarães, localizada na Rodovia Raposo Tavares, no Município de Presidente Venceslau; e a Cadeia Pública Feminina de Pirapozinho, no Estado de São Paulo.

Informamos também que os Parlamentares que se habilitaram a sair daqui na comitiva são: Deputados Neucimar Fraga, Domingos Dutra, Jorginho Maluly, Dr. Talmir, Carlos Sampaio, William Woo, Cida Diogo, Felipe Bornier e João Campos.



Se algum outro desejar participar da oitiva, nós vamos confirmar com a Secretaria da Comissão se há possibilidade de inclusão.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Qual a capacidade desse avião?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Por isso que eu tenho que solicitar informação à Secretaria sobre se é possível a inclusão de mais pessoas ou não, porque esses foram os que se habilitaram a participar. Então, já estamos definindo justamente de acordo com a capacidade da aeronave.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Outra coisa, Presidente: a distância física dessas unidades é bastante grande. No mesmo dia! Foi pensado nisso? O avião não vai poder...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A Secretaria da Comissão já preparou toda a logística, com o apoio da Polícia Federal, com a Polícia e a Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo. Então....Os outros detalhes vamos acertar, mas já estamos dentro de uma programação feita de acordo com as informações passadas da visita que faremos ao Estado de São Paulo.

Queremos agradecer a presença aos nossos convidados. Queremos dizer da importância de tê-los aqui conosco. Esse debate é extremamente importante para esta Comissão. Queremos parabenizar os administradores do Sistema Penitenciário do DF, principalmente pela disciplina. Sabemos que a maioria das pessoas que hoje fazem parte da população carcerária do Brasil estão lá justamente porque, quem sabe, em alguma fase da sua vida não foram disciplinadas ou bem disciplinadas. E nós sabemos que a disciplina dentro do sistema prisional é a chave do sucesso. As pessoas têm que aprender a ser disciplinadas, senão vão voltar para a sociedade e continuar cometendo os mesmos tipos de delito.

Em outros países, os quais tivemos oportunidade de visitar, a disciplina, o respeito à hierarquia dentro do sistema é a chave do sucesso. E sabemos que esse respeito vem através da disciplina, da hierarquia imposta pelo organograma do sistema. Tenho certeza de que essas pessoas que hoje fazem parte da população carcerária do DF percebem que há realmente um comando e que elas têm que respeitar a hierarquia e a disciplina.



Então, quero parabenizar os administradores do Sistema Penitenciário do DF por essa visão. Os problemas que ainda existem com certeza serão corrigidos, mas esperamos encontrar em outros Estados modelo semelhante ao do DF, que ainda não é o perfeito, mas é um dos melhores em funcionamento no Brasil. Então, parabéns aos administradores penitenciários no DF.

Agradecemos a presença a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.